

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2014/2015**



**TII**

**A TIPOLOGIA DE FORÇAS A EMPREGAR EM MISSÕES  
DAS NAÇÕES UNIDAS - DESAFIOS PARA PORTUGAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE  
DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL  
DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A TIPOLOGIA DE FORÇAS A EMPREGAR EM MISSÕES DAS  
NAÇÕES UNIDAS - DESAFIOS PARA PORTUGAL**

**MAJ INF “CMD” Nuno Alexandre de Sá e Figueiredo**

**Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 14/15**

**Pedrouços 2015**



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **A TIPOLOGIA DE FORÇAS A EMPREGAR EM MISSÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - DESAFIOS PARA PORTUGAL**

**MAJ INF “CMD” Nuno Alexandre de Sá e Figueiredo**

**Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 14/15**

**Orientador: MAJ INF Para Rui Jorge Roma Pais dos Santos**

**Pedrouços 2015**

---



## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Major de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos, pelo apoio e disponibilidade constantes, orientação eficaz e camaradagem demonstradas na abordagem da temática e nas constantes revisões. A sua ajuda foi encarada como uma garantia de qualidade do trabalho.

À Divisão de Planeamento Estratégico Militar, na pessoa do Tenente-Coronel Nuno Barão e seu *staff*, que permitiram alcançar o entendimento de como Portugal negocia os ressarcimentos com as Nações Unidas.

À Direção de Recursos do Estado-Maior General das Forças Armadas, nas pessoas do Tenente-Coronel João Pessanha e do Major Paulo Ribeiro, que contribuiu significativamente para a objetividade dos dados apresentados.

Ao Major do Exército Brasileiro Carlos Vaz, pela disponibilidade demonstrada ao esclarecer o funcionamento e mecânica do sistema UNSAS.

À Primeiro Tenente Joana Queirós Cardoso pelo seu precioso auxílio na revisão textual.

À minha filha, Francisca Sá e Figueiredo, pela compreensão demonstrada e aceitação do tempo disponibilizado ao presente trabalho em detrimento dela.

À minha mãe, Madalena Correia de Sá, pessoa sem a qual nada teria sido possível, incluindo a frequência do presente curso e a conclusão do presente trabalho.

A todos o meu sincero muito obrigado.



## **Índice**

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. UNSAS.....</b>	<b>6</b>
a. Origem .....	6
b. Caraterização .....	9
c. Processo de Geração de Forças .....	10
<b>2. Sistema de Forças Nacional.....</b>	<b>13</b>
a. Caraterização .....	13
b. Nível de ambição e prioridades .....	14
c. Forças a empregar em missões internacionais.....	16
(1) Marinha .....	16
(2) Exército .....	17
(3) Força Aérea .....	19
<b>3. Valores associados às Unidades empregues .....</b>	<b>20</b>
a. Marinha .....	20
b. Exército .....	21
c. Força Aérea .....	24
<b>4. Ressarcimento por parte da ONU .....</b>	<b>27</b>
a. Caraterização .....	27
b. COE Manual .....	27
c. Ressarcimento de Unidades Nacionais .....	29
<b>5. Análise Financeira.....</b>	<b>39</b>
<b>Conclusões .....</b>	<b>45</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>49</b>

## **Índice de Anexos**

Anexo A – Plano de Proposta de Orçamento de FND para 2014 .....	Anx A-1
---	---------

## **Índice de Apêndices**

Apêndice A – Entrevista ao Major Carlos Vaz do Exército Brasileiro a Prestar Serviço no DPKO .....	Apd A-1
Apêndice B – Listagem de Equipamentos por Unidades de acordo com o TOE e respetivo ressarcimento de acordo com o COE manual.....	Apd B-1



## **Índice de Figuras**

Figura nº 1 – Sequência de Geração de Unidades .....	12
Figura nº 2 – Organização de uma UEC.....	30
Figura nº 3 – Organização da Companhia de Apoio .....	31
Figura nº 4 – Organização da UEC de Construções Verticais.....	31
Figura nº 5 – Organização da UEC de Construções Horizontais .....	32
Figura nº 6 – Organização da UEC de Apoio de Engenharia.....	32
Figura nº 7 – Organização de um Esquadrão de Polícia Militar.....	32
Figura nº 8 – Organização da Companhia de Reabastecimentos .....	33
Figura nº 9 – Organização da Companhia Logística Independente.....	34
Figura nº 10 – Organização da Companhia de Transportes e Manutenção.....	34
Figura nº 11 – Organização de Unidade Médica de Nível 1 .....	35
Figura nº 12 – Organização de Unidade Médica de Nível 2 .....	35
Figura nº 13 – Organização de Unidade Médica de Nível 3 .....	35

## **Índice de Tabelas**

Tabela nº 1 – Emprego de meios navais e despesas associadas .....	21
Tabela nº 2 – Emprego de Unidades do Exército e despesas associadas .....	22
Tabela nº 3 - Emprego de unidades da Força Aérea e despesas associadas .....	24
Tabela nº 4 – Valores de ressarcimento de UEB de combate.....	36
Tabela nº 5 – Valores de ressarcimento de unidades de Apoio de Combate.....	37
Tabela nº 6 – Valores de ressarcimento de unidades de Apoio de Serviços .....	37
Tabela nº 7 – Análise Financeira .....	39



## **Resumo**

Este trabalho visa determinar qual a tipologia de unidades a disponibilizar por Portugal no UNSAS que pode trazer maior retorno financeiro. Para a sua elaboração foi seguida uma estratégia de investigação qualitativa, baseada num desenho de pesquisa de estudo de caso, usadas a entrevista e a pesquisa documental como técnicas de recolha de dados, e tem como objeto de estudo as Unidades do Sistema de Forças nacional. Através da caracterização do UNSAS, da análise ao Sistema de Forças Português, das despesas inerentes ao emprego de unidades em Forças Nacionais Destacadas e do processo de ressarcimento em vigor nas Nações Unidas, foi possível concluir que as unidades que têm maior retorno financeiro são as Unidades de Escalão Companhia de Polícia Militar, de Engenharia de Construções Verticais e Construções Horizontais.

## **Palavras-chave**

UNSAS, Forças Nacionais Destacadas, Sistema de Forças, Ressarcimento

## **Abstract**

*The present research paper aims to determine what type of Portuguese military unit should be made available in the UNSAS in order to obtain the best financial return. It was based on a qualitative research strategy, on a case study research design, used the interview and document research as techniques for collecting data and the study subject are the Portuguese Armed Forces military units. Through characterizing the UNSAS, analyzing the Portuguese Armed Forces System, the expenses inherent to the employment of military units in missions abroad under the alliances and partnerships assumed by Portugal and the United Nations reimbursement process, it was possible to conclude that the units that have the best financial return are the Military Police Companies, Engineering Companies, Construction and Roads and Airfields, on that order.*

## **Keywords**

*UNSAS, National Detached Forces, Portuguese Armed Forces, Reimbursement*



## Lista de Abreviaturas

1ºBI	1º Batalhão de Infantaria
1ºBIPara	1º Batalhão de Infantaria Paraquedista
2ºBIMec	2º Batalhão de Infantaria Mecanizado
AgrIndia	Agrupamento India
CCEM	Conselho de Chefes de Estado-Maior
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CMF	Conjunto Modular de Forças
COE	<i>Contingent-Owned Equipment</i>
ConOps	Conceito de Operação
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRO	Operações de Resposta a Crise
CS	Conselho de Segurança
DPKO	<i>Department of Peacekeeping Operations</i>
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EOD	<i>Explosive Ordnance Disposal</i>
EUROFOR	<i>European Force</i>
FGS	<i>Force Generation Service</i>
FND	Forças Nacionais Destacadas
FPAS	Forças Permanentes em Ação de Soberania
FR	<i>Force Requirements</i>
FRI	Força de Reação Imediata
GAM	Grupo de Autometralhadoras
GFMV	<i>Generic Fair Market Value</i>
HV	Horas de Voo
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
KACTC	<i>Kabul Air Corps Training Center</i>
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KMNB	<i>Kabul Multinational Brigade</i>
KMTC	<i>Kabul Military Training Center</i>
LOA	<i>Letter of Assist</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MIFA	Missões Específicas das Forças Armadas





MINUSMA	<i>United Nations Assistance Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali</i>
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i>
MPS	<i>Military Planing Service</i>
NAM	<i>NATO Assurance Measures</i>
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQR	Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
OMLT	<i>Operational Mentoring and Liaison Team</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PJM	Polícia Judiciária Militar
PP	Pergunta de Partida
QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
ROE	<i>Rules of Engagement</i>
SF	Sistema de Forças
SG	Secretário Geral
SNMG	<i>Standing NATO Maritime Group</i>
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>
TCC	<i>Troop Contributing Country</i>
TO	Teatro de Operações
TOE	<i>Table of Organization and Equipment</i>
UE	União Europeia
UEB	Unidade de Escalão Batalhão
UEC	Unidade de Escalão Companhia
UEP	Unidade de Escalão Pelotão
UNAMIR	<i>United Nations Assistance Mission for Rwanda</i>
UNIFIL	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
UNMOs	Observadores Militares das Nações Unidas
UNOGIL	<i>United Nations Observation Group in Lebanon</i>
UNPROFOR	<i>United Nations Protection Force</i>
UNSAS	<i>United Nations Standby Arrangement System</i>
UNTSO	<i>United Nations Truce Supervision Organization</i>
US AFRICOM	<i>United States Africa Command</i>



## Introdução

A Organização das Nações Unidas (ONU) teve a sua origem em 1945, substituindo a Liga das Nações, e tinha como objetivo inicial evitar guerras entre países após a Segunda Guerra Mundial. Com inicialmente 51 países, os chamados fundadores, tem hoje, e desde 14 de julho de 2011, data da adesão do Sudão do Sul, 193 Países (ONU, 2015).

Desde a sua criação, a organização evoluiu e os seus objetivos alargaram-se, tendo atualmente, quatro “*main purposes*”:

- Manter a paz no mundo;
- Desenvolver relações amigáveis entre as Nações;
- Ajudar as Nações a trabalhar em conjunto no sentido de criar melhores condições de vida aos pobres, combater a fome, a iliteracia e as doenças, e encorajar o respeito pelos direitos e liberdades dos outros;
- Ser um centro onde se unem os esforços das Nações para atingir estes objetivos.

Em 1948 iniciou a sua primeira missão, que ainda hoje se encontra em curso, a *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO). Desde essa data, a ONU liderou 69 missões de paz, tendo presentemente 16 missões a decorrer em quatro continentes (ONU, 2014b).

O Secretário-Geral (SG) da ONU, Boutros Boutros-Ghali, no seu documento “*An Agenda for Peace*”, identificou a necessidade da ONU dispor de forças com elevado grau de treino e disponibilidade, para poder diminuir o tempo de intervenção em situações de conflito (Boutros-Ghali, 1992). No ano seguinte foi criado um sistema de forças que assegurasse o pessoal, equipamento e material necessários para missões de manutenção de paz. Surgiu assim o *United Nations Standby Arrangement System* (UNSAS), que tem origem em compromissos assumidos pelos Estados-Membros na contribuição de meios materiais e humanos, que podem estar disponíveis de acordo com os tempos de resposta acordados.

Com este sistema, o *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) tem uma noção real das forças que os países disponibilizam e em quanto tempo estão prontas para intervir, facilitando assim o processo de planeamento, treino e preparação, quer das forças disponibilizadas, quer do próprio DPKO. Permite ainda o conhecimento antecipado das capacidades disponibilizadas, bem como de potenciais opções, caso algum do(s) membro(s) se mostre indisponível para participar numa qualquer missão (Johansen, 2013). Em 2008, Portugal disponibilizou 1466 militares e equipamento no UNSAS e, em 2010,



assinou um Memorando de Entendimento que permitiu à ONU dispor destes meios para as suas missões de paz (ONU, 2010).

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado em 2013, afirma que pretende “consolidar Portugal no seu estatuto de coprodutor de segurança internacional” (MDN, 2013, p. 8) e define que “tendo em conta os recursos disponíveis e a conjuntura, o emprego de recursos militares deve obedecer a uma escala geopolítica de prioridades” (MDN, 2013, p. 35).

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 26 de 2013 - Defesa 2020, por sua vez, define como nível de ambição “um conjunto modular de forças orientado para resposta a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa” (Conselho de Ministros, 2013, p. 2286). Com vista a cumprir com os interesses nacionais expressos no CEDN e face às limitações financeiras que o País atravessa, Portugal tem de equacionar o empenhamento das suas Forças Armadas no quadro das alianças em que está inserido e neste caso específico, no seu empenhamento na ONU.

Portugal é membro da ONU desde 1955 e tem participado em diversas missões sob a sua égide, tendo iniciado a sua participação em 1958 na *United Nations Observation Group in Lebanon* (UNOGIL). Ao longo destes 57 anos de participações em missões da ONU, Portugal participou com observadores, elementos integrados em Estados-Maiores internacionais e com Unidades constituídas.

Considerando a tipologia de financiamento, o nível de ambição definido na “Defesa 2020” e tendo ainda em conta o CEDN, publicado em *Diário da República* em 5 de abril de 2013, pretende demonstrar-se com este estudo como é que Portugal poderá rentabilizar financeiramente a sua participação em missões da ONU, disponibilizando forças no UNSAS, efetuando um balanceamento entre forças de manobra, apoio de combate e apoio de serviços.

Tendo em conta o contexto apresentado, o objeto de estudo deste trabalho, no âmbito da Unidade Curricular Trabalho Final de Curso, são as Unidades constituídas a empregar em missões das Nações Unidas. O estudo será limitado a unidades constituídas excluindo as forças policiais, observadores e membros isolados em missão. A exclusão das forças policiais advém de o UNSAS só contemplar forças militares. O facto de não serem incluídos os observadores e os membros isolados em missão, deriva de não haver um ressarcimento significativo para estas funções. O estudo incidirá na vertente financeira em virtude de recentemente Portugal ter atravessado uma “grave situação económica e



financeira” (Conselho de Ministros, 2011, p. 11), permitindo assim analisar a rentabilização do empenhamento de unidades nacionais.

As unidades constituídas analisadas serão as que fazem parte do Sistema de Forças (SF) considerando, em última análise, o nível máximo de ambição preconizado na “Defesa 2020” e que tenham cabimento no UNSAS. O retorno financeiro será analisado considerando a diferença entre o valor despendido por Portugal na sustentação da(s) unidade(s) a empregar e o ressarcimento feito pela ONU segundo o *COE Manual*.

O objetivo deste trabalho é identificar quais as unidades constituídas que poderão ser disponibilizadas à ONU no âmbito do UNSAS, tendo em consideração o retorno financeiro associado ao emprego das mesmas.

Para a condução da investigação vai ser tida como referência a pergunta de partida (PP):

PP – Qual a tipologia de Unidades constituídas a disponibilizar por Portugal no UNSAS traz maior retorno financeiro?

De modo a orientar o estudo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Caraterizar o UNSAS;
- Caraterizar as Unidades do SF passíveis de serem empregues em missões da ONU;
- Identificar as despesas associadas ao emprego de Unidades nacionais em Forças Nacionais Destacadas (FND);
- Caraterizar o processo de ressarcimento da ONU identificando os valores associados às unidades passíveis de serem empregues por Portugal.

A condução da investigação segue uma estratégia qualitativa visto, por definição, ser “um estudo essencialmente indutivo e descritivo, constituindo-se o investigador como elemento-chave para a sua consecução, na medida em que a interpretação dos fenómenos sociais e atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados” (Vilelas, 2009 cit. por Santos, et al., 2014, p. 18). Esta estratégia permite realizar uma investigação abrangente, mantendo em consideração a realidade complexa do estudo. Faz uso de procedimentos interpretativos, privilegiando a análise de caso ou de conteúdo, e é descritiva, produzindo dados escritos a partir de documentos, entrevistas e observações (Sousa e Batista, 2011 cit. por Santos, et al., 2014, p. 19).

O desenho de pesquisa utilizado é o estudo de caso que, por definição, consiste “num procedimento metodológico através do qual o investigador procura recolher informação



detalhada sobre uma única unidade de estudo, podendo essa unidade ser o indivíduo, a comunidade ou até mesmo a Nação. Tem como objetivo descrever de forma rigorosa a unidade de observação, que é o centro de atenção do investigador” (Santos, et al., 2014, p. 25). A seleção deste desenho de pesquisa foi motivado por haver uma única unidade de estudo, as Unidades do SF nacional, e porque o objetivo da investigação é centrado na unidade de estudo e reveste-se de um carácter descritivo do objeto estudado (Santos, et al., 2014, pp. 25-26).

Como técnicas de recolha de dados recorreu-se à entrevista e à pesquisa documental. A entrevista foi selecionada por permitir recolher dados não disponíveis noutras fontes, dados precisos que permitem uma melhor compreensão dos mesmos. Contudo, pode ser limitativo devido a problemas de interpretação das perguntas, da influência que o entrevistador pode exercer sobre o entrevistado ou da dificuldade de expressão e comunicação entre os dois intervenientes (Santos, et al., 2014, p. 75). No caso deste trabalho, e respeitante à entrevista realizada, a dificuldade foi acrescida visto a fonte selecionada para recolher a informação se encontrar noutro continente, tendo a entrevista sido realizada com recurso a ferramentas informáticas.

A pesquisa documental permite identificar e caraterizar os vários passos da investigação com base em legislação, doutrina e dados publicados, possibilitando chegar a conclusões quanto ao objetivo da investigação. O facto de não existirem obras publicadas sobre o objeto de estudo fez com que o recurso a esta técnica, através da consulta de documentos legislativos e doutrinários, permitisse obter conhecimento sobre o mesmo, e que este fosse bastante útil e proveitoso (Santos, et al., 2014, p. 20).

O cruzamento dos dados recolhidos, sobretudo através da segunda técnica, permite alcançar resultados coerentes e credíveis de modo a ser dada resposta à pergunta de partida da investigação. Visto os valores referentes ao ressarcimento serem apresentados em dólares americanos, foi usada a taxa de cambio de 1 dólar americano para 0.91€ para a conversão de valores.

Em todo o trabalho foi utilizado o sistema de referenciação automático para Microsoft® Word 2007, utilizando a norma Harvard-Anglia2008.

O trabalho encontra-se articulado em cinco capítulos seguidos das conclusões. O UNSAS ocupa o primeiro capítulo, onde é explicada a origem deste sistema, a sua caraterização e qual o processo de geração de forças seguido pela ONU, que tem este sistema como base. No segundo capítulo é caraterizado o SF nacional, identificado o nível de ambição definido legalmente, e são demonstradas quais as unidades que cada Ramo tem



disponíveis para empregar em FND sob a égide da ONU. Ao longo do terceiro capítulo são analisadas as despesas associadas a cada uma das unidades passíveis de serem empregues por Ramo: Marinha, Exército e Força Aérea. A caracterização do ressarcimento por parte da ONU é alvo de explicação no quarto capítulo. É ainda explicado o manual segundo o qual é calculado o ressarcimento e por fim demonstrado quais os valores associados ao possível ressarcimento de unidades nacionais, caso sejam empregues. O último capítulo demonstra a análise financeira, cruzando os dados apresentados nos terceiro e quarto capítulos, concluindo assim, para cada tipologia de unidade passível de ser empregue em FND sob a égide da ONU, o valor que Portugal terá de despendar. Seguem-se as conclusões onde são apresentadas a resposta à pergunta de partida e demonstrados os resultados alcançados para os objetivos específicos definidos para a condução da investigação.



## 1. UNSAS

### a. Origem

Em 1992, foi solicitado ao SG da ONU, no final da primeira reunião do Conselho de Segurança ao nível dos Chefes de Estado e de Governo, que teve lugar em janeiro, um documento a ser apresentado em julho, que fosse “uma análise e recomendações sobre formas de reforçar e tornar mais eficiente, dentro do quadro e das disposições da Carta, a capacidade da ONU para a diplomacia preventiva, para a restabelecimento da paz (*peacemaking*<sup>1</sup>) e para a manutenção da paz (*peacekeeping*<sup>2</sup>)” (Boutros-Ghali, 1992).

O SG iniciou o seu relatório afirmando que havia uma nova convicção entre as Nações de que uma nova oportunidade tinha surgido para alcançar os objetivos da Carta das Nações Unidas. Assim anteviu uma ONU capaz de manter a segurança e a paz internacionais, a justiça e o respeito pelos Direitos Humanos e ainda promover o progresso social e um melhor nível de vida num ambiente de paz alargada. Caracterizou o período que antecedeu o relatório, o período da Guerra Fria, como uma era em que a ONU foi uma organização com poderes muito limitados, sobretudo devido aos 279 vetos no Conselho de Segurança entre o seu ano de fundação, 1945, e a altura do relatório. Caracterizou igualmente o período que se estava a iniciar, como ideal para afirmação da organização como instrumento central para a prevenção e resolução de conflitos bem como para a preservação da paz.

Boutros-Ghali definiu ainda como objetivos da ONU:

- Identificar, assim que possível, situações que possam degenerar em conflito e procurar, através da diplomacia, diminuir ou remover as fontes de perigo antes que resulte em violência;
- Caso haja conflito, implementar uma missão de restauração da paz, com o intuito de resolver as causas que levaram ao conflito;
- Através de missões de manutenção de paz, preservá-la, por mais frágil que seja, nos locais onde as hostilidades tenham cessado e apoiar na implementação dos tratados e acordos de paz entre os opositores;

---

<sup>1</sup> “Engloba as atividades diplomáticas conduzidas após o início de um conflito tendo em vista alcançar um cessar-fogo ou um rápido acordo de paz. Neste tipo de operações, o apoio militar pode ocorrer de forma indireta (apoio de Estado-Maior ou planeamento), ou ainda de forma direta, envolvendo meios militares” (Exército Português, 2005, p. 14-9).

<sup>2</sup> “São operações que decorrem de acordo com o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas com o intuito de monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz” (Exército Português, 2005, p. 14-9).



- Estar preparada para apoiar na construção da paz nos diversos contextos: reconstrução de instituições e infraestruturas e criação de laços de paz e de mútuo benefício entre Nações que anteriormente se encontravam em guerra;
- Em sentido lato, resolver as causas mais profundas do conflito tais como, disparidade económica, injustiça social e/ou opressão política (Boutros-Ghali, 1992).

Após a caracterização do novo ambiente e dos objetivos, o SG debruçou-se então sobre as áreas que os Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Segurança lhe tinham solicitado. Ao iniciar a sua análise sobre a Diplomacia Preventiva, Boutros-Ghali definiu como necessidades para esta medidas criarem confiança, o aviso prévio com base em recolha de informações e procura, formal ou informal de dados, que pode ainda implicar a projeção preventiva de forças ou implementação de zonas desmilitarizadas (Boutros-Ghali, 1992).

Posteriormente, na sua análise, o SG afirmou que, na altura, não existia nenhum mecanismo adequado através do qual o Conselho de Segurança (CS), a Assembleia Geral ou o próprio SG, pudessem mobilizar os meios necessários, de modo a obter a vantagem necessária para desenvolver esforços coletivos, para alcançar a resolução pacífica de conflitos.

Ao analisar unidades de imposição de paz, a recomendação do SG foi “recomendo ao Conselho que considere a utilização de unidades de imposição de paz em circunstâncias bem definidas e com os seus termos de utilização especificados antes do emprego. Tais unidades, pertencentes aos Estados-Membros, estariam disponíveis “*on call*”<sup>3</sup> e seriam disponibilizadas para o efeito. Teriam de ser melhor equipadas que uma força de manutenção de paz e necessitariam de treinos preparatórios nos seus territórios. A projeção e emprego dessas forças seria efetivada pela autorização do CS e, tal como as forças de manutenção de paz, seriam colocadas sob comando do SG” (Boutros-Ghali, 1992).

Um ano mais tarde, a 10 de dezembro de 1993, a Assembleia Geral da ONU veio apresentar a sua revisão ao relatório de Boutros-Ghali, que surgiu sob a forma de Resolução, a Resolução 48/42. Após a nota introdutória do documento, na parte dos Recursos, no ponto quatro, a Assembleia Geral veio encorajar os Estados-Membros a desenvolver, em conjunto com o Secretariado, acordos para que os seus militares, polícias e civis pudessem participar em missões de paz e que o SG fosse notificado das existências

---

<sup>3</sup> Estado de prontidão que compreende um tempo pré acordado entre o aviso e a projeção de uma força.





e das modalidades de emprego das forças constantes desses acordos numa base regular e atual.

No ponto cinco, a Resolução incitou o SG a desenvolver uma proposta para manter regularmente atualizada uma base de dados onde conste o tipo e disponibilidade de recursos que os Estados-Membros possam disponibilizar, bem como os requisitos individuais adequados para civis na execução de tarefas de operações de paz. Convidou ainda o SG a propor as medidas que considerasse necessárias, de modo a suprir as necessidades de pessoal qualificado para servir em todo o espetro das capacidades civis em missões de paz (General Assembly, 1993). Com esta resolução teve então início a criação do UNSAS, que não era mais do que uma base de dados simples que foi tornada funcional, de modo a poder gerir os dados das submissões dos Estados-Membros.

Durante os anos 90 do século XX, dois acontecimentos marcaram negativamente o emprego de forças pela ONU: Genocídio no Ruanda e a Tomada de Srebrenica. Em ambos os casos encontrava-se no terreno uma missão da ONU, a UNAMIR (*United Nations Assistance Mission for Rwanda*) e a UNPROFOR (*United Nations Protection Force*), respetivamente (Durch, et al., 2003, p. 3). Em 2000, o SG Kofi Annan, que tinha assumido funções no início de 1997, pediu a Lakhdar Brahimi, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, que presidisse a um painel de personalidades reconhecidas de todo o mundo, com larga experiência nas áreas de manutenção e construção da paz, desenvolvimento e assistência humanitária. Este painel foi mandatado para fazer uma revisão exaustiva às atividades de segurança e paz da ONU, e apresentar um conjunto de recomendações específicas, claras, concretas e práticas, de modo a poder melhorar a condução das futuras missões sob a égide desta organização (ONU, 2000).

Das diversas recomendações que podemos encontrar no relatório de Lakhdar Brahimi, quatro fazem referência direta ao UNSAS: Parcerias entre Estados-Membros, Autoridade do SG, Forças Policiais e Elementos a reforçar as equipas de planeamento do DPKO, caindo as últimas duas fora do âmbito deste trabalho.

No âmbito do trabalho, a primeira recomendação versa sobre parcerias ente Estados-Membros, sempre que seja considerado apropriado, de modo a formar várias unidades de escalão Brigada, equilibradas, com os meios de apoio necessários, preparadas para efetivar o seu emprego no prazo de 30 dias da adoção da Resolução do CS, em missões com grau de complexidade reduzido<sup>4</sup>, e 90 dias para missões com grau de complexidade elevado<sup>5</sup>. A

---

<sup>4</sup> Cerca de 5.000 homens (autossustentados a 50%), 100 elementos das NU, 200 observadores militares e agentes policiais e 200 elementos administrativos (internacionais e locais). (DPKO, 2003, p. 3)



segunda recomendação foi no sentido do SG ter a autoridade para, junto dos Estados-Membros, questionar as suas reais intenções de contribuir com forças por si referenciadas no UNSAS, assim que esteja previsto o emprego da ONU numa nova missão (ONU, 2000).

Foi em 2000 que a primeira base de dados do UNSAS se tornou funcional, de modo a que a informação disponibilizada pelos Estados-Membros, sobre forças referenciadas para possível emprego, fosse passível de ser tratada no DPKO. Desde 2010 que esta base de dados tem sido alvo de melhoramentos, de modo a tornar-se num sistema interativo que permita aos Estados-Membros contribuintes fazerem a referenciação/disponibilização de forças *on-line*.

#### **b. Caraterização**

Várias são já as referências ao UNSAS sem no entanto este ter sido ainda definido. O UNSAS é um sistema que se baseia na disponibilização de forças por parte dos Estados-Membros da ONU, que referenciam recursos específicos, passíveis de serem empregues em missões da organização, com prazos de resposta e restrições acordadas. Apesar de referenciadas/disponibilizadas, o seu emprego efetivo depende sempre da Nação contribuinte.

O objetivo deste sistema é proporcionar um conhecimento preciso das forças e capacidades disponibilizadas pelos Estados-Membros, com um determinado prazo de emprego (tempo entre a ativação e emprego efetivo no Teatro de Operações (TO)), no caso da participação ser aceite pela Nação contribuinte. Este entendimento facilita o processo de planeamento e a geração de forças para a missão, bem como o seu rápido emprego. Permite ainda à Nação contribuinte orçamentar, planear, preparar, treinar e equipar as forças a empregar (DPKO, 2003, pp. 4-5). O UNSAS é um sistema que gere recursos humanos e materiais, civis e militares, disponibilizados pelas Nações, de modo a facilitar a projeção e emprego de todos os recursos necessários às missões de paz.

No que diz respeito a recursos militares, as contribuições dos Estados-Membros podem ser:

- Unidades (Batalhão ou equivalente e superior) ou subunidades (Companhia ou equivalente e inferior), o que inclui pessoal e equipamento, organizado e treinado para o cumprimento de tarefas ou missões;

---

<sup>5</sup> Cerca de 10.000 homens (autossustentados a 25%), 300 elementos das NU, 1.000 observadores militares e agentes policiais e 1.000 elementos administrativos (internacionais e locais). (DPKO, 2003, p. 3)



- Militares isolados, para desempenhar funções de Estado-Maior, Observador Militar ou de Oficial de Ligação;
- Material e equipamento, incluindo a estrutura de apoio necessária para a autossustentação da força;
- Apoio de serviços (meios aéreos, navais e terrestres) (DPKO, 2003, pp. 5-6).

Quando um Estado-Membro faz a sua referência/disponibilização, esta pode ser feita segundo um nível de compromisso. Este nível de compromisso representa uma posição na escala de contribuição no UNSAS. Existem três níveis de compromisso convencional e um nível rápido de projeção:

- Nível 1 – onde são listadas capacidades, descrevendo os recursos que poderão ser disponibilizados. Pode incluir a dimensão, potencial e tempo de resposta;
- Nível 2 – onde é disponibilizada informação mais detalhada sobre os recursos disponibilizados. Esta informação inclui organização das unidades, lista de equipamento principal, nível de autossustentação e dados de elementos isolados;
- Nível 3 – Neste nível já existe um *Memorandum of Understanding* (MOU)<sup>6</sup> genérico entre a Nação contribuinte e a ONU. Aqui já se encontra especificado os recursos a disponibilizar, os tempos de resposta, e as condições de emprego. Inclui ainda os dados técnicos e requisitos da força ou equipamento disponibilizado;
- Nível Rápido de Projeção – Neste nível, os recursos disponibilizados podem ser projetados para uma missão das NU no prazo de 30/90 dias a partir da Resolução do CS, mediante a aprovação da Nação contribuinte. Antes de aceitar uma contribuição deste nível, o DPKO pode enviar uma equipa à Nação contribuinte com o intuito de verificar o equipamento, o grau de treino da força e o seu nível de autossustentação.

### c. Processo de Geração de Forças

O processo de geração de forças envolve a criação, rotação e repatriamento, quer de unidades constituídas, quer de indivíduos isolados, que sejam projetados como elementos constituintes da componente militar das missões de paz da ONU. Inicia com o planeamento de uma possível nova missão de paz ou com alterações significativas feitas a uma missão já existente. O resultado do planeamento conduzido pelo *Military Planing Service* (MPS) é

---

<sup>6</sup> Instrumento internacional menos formal que um tratado ou acordo internacional. Instrumento singular entre Estados e Organizações Internacionais. Usado pela ONU de modo a organizar as suas missões de paz ou Conferências. São considerados vinculativos, e registados pela ONU desde que esta seja um dos elementos intervenientes no mesmo (ONU, 2012).



o Conceito da Operação (ConOps), e deste resultam as necessidades de forças [*Force Requirements* (FR)]. O FR inclui a missão, tarefas, organização e indivíduos necessários. É ainda produzido um FR adicional para cada uma das unidades que irá constituir a Força, sendo este último disponibilizado aos Estados-Membros que fornecem Forças (*Troop Contributing Country* (TCC)). Para além dos FR, é o MPS que elabora as Regras de Empenhamento (ROE) para a missão.

A contribuição militar para uma missão de paz da ONU pode ter um de três formatos: uma Força com contingente militar, com Observadores Militares (UNMOs) e/ou Assessores Militares ou Oficiais de Ligação Militares, uma Força só com contingente militar ou só UNMOs. Uma vez estabelecidas as necessidades para a nova missão, cabe ao *Force Generation Service* (FGS) consultar as forças disponibilizadas no UNSAS e contactar os TCC de modo a poder atribuir unidades às FR definidas. Com este contacto, cabe aos TCC efetivar as suas ofertas, permitindo assim constituir a Força que irá desempenhar a nova missão da ONU.

Quando um TCC confirma uma unidade ou elemento individual disponível para projeção é-lhe solicitado os seguintes dados para cada unidade ou elemento individual: tarefas para as quais a unidade está organizada, equipada e treinada, organização da unidade, lista de equipamento principal e Ordem de Batalha<sup>7</sup>. O passo seguinte é o reconhecimento ao local onde a missão se vai desenvolver pelos TCC e a entrega de um relatório do mesmo ao FGS. Este reconhecimento é suportado pelos TCC e será ressarcido após a projeção das unidades para a missão.

Após a submissão dos relatórios do reconhecimento e das listas de equipamentos dos TCC, iniciam-se as negociações para o MOU relativos à missão. Este processo de negociação é, normalmente, conduzido presencialmente em Nova Iorque e pretende ajustar a força disponibilizada às necessidades definidas pelos FR. Dificilmente os TCC dispõem de unidades que possuam todos os requisitos inscritos nos FR.

Assim que o MOU está acordado e a sustentação das unidades definida, uma equipa do Quartel-General (QG) da ONU desloca-se aos TCC para inspecionar as unidades a ser projetadas. Esta visita tem o intuito de confirmar que o equipamento principal a ser projetado está de acordo com o MOU e que a unidade cumpre os requisitos do FR.

Só no final desta inspeção é que o MOU é assinado entre a ONU e os TCC. Uma vez assinado, as unidades encontram-se em condições para serem projetadas para os TO a fim

---

<sup>7</sup> Identificação, efetivo, estrutura de comando, dispositivo e funções de pessoal, unidades e equipamento de qualquer força militar (Department of the Defense, 2010).



de iniciarem a sua missão sob a égide da ONU (ONU, 2013a). Esta descrição diz respeito a unidades constituídas, independentemente do seu efetivo. A figura 1 apresenta um esquema simplificado de todos os passos descritos anteriormente.

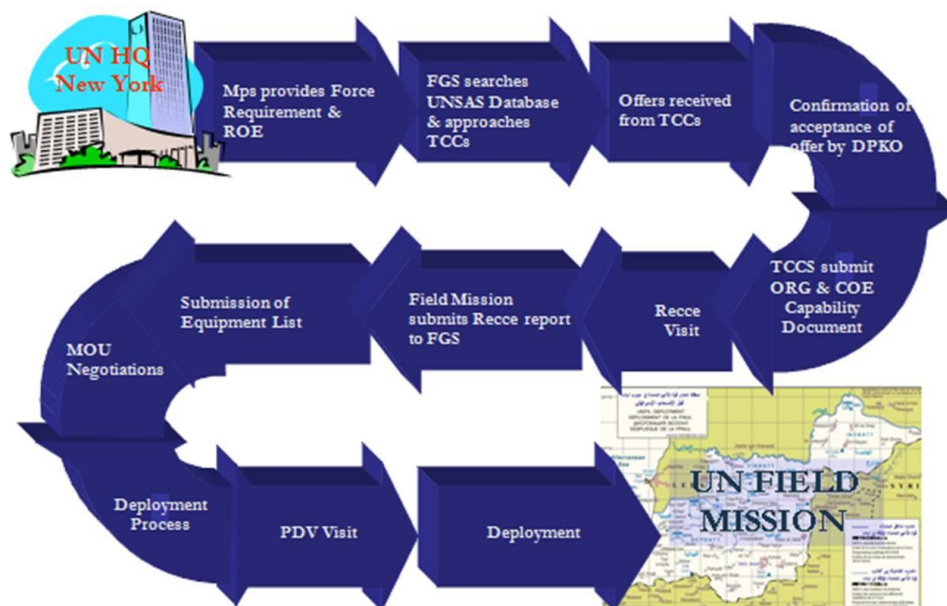


Figura nº 1 – Sequência de Geração de Unidades

Fonte: (ONU, 2013a)

Como se pode constatar, o UNSAS é um sistema que permite agilizar o processo de geração de forças e permite aos planeadores saberem que tipologia de equipamentos e unidades os TCC têm disponibilizados para poderem iniciar o processo mas, é só uma base de dados, tal como referido pelo Major Carlos Vaz do Exército Brasileiro a desempenhar funções no DPKO (Vaz, 2015).

Em 2013 estavam disponibilizados no UNSAS 46 Batalhões de Infantaria, três Batalhões de Engenharia, 25 Companhias de Engenharia, 29 helicópteros, sendo seis de reconhecimento, 19 de transporte e quatro de ataque e nove Hospitais de Campanha de nível 2 num total de 108.400 homens, sendo 65.000 de unidades de combate, 42.000 de unidades de apoio de combate e apoio de serviços e 1.400 Observadores Militares. Estas contribuições pertenciam a 90 TCC sendo 23 de nível 1, sete de nível 2, 57 de nível 3 e três de nível rápido de projeção (ONU, 2013b).



## **2. Sistema de Forças Nacional**

### **a. Caraterização**

O atual SF data de 2014 e foi aprovado em Conselho Superior de Defesa Nacional a 30 de julho, tendo substituído o anterior Sistema de Forças Nacional, que remontava a 21 de outubro de 2004 (CCEM, 2014, p. 3). Este documento define o conjunto de capacidades militares<sup>8</sup> necessárias às Forças Armadas para poderem cumprir as suas missões que, por sua vez, se encontram espelhadas no documento “Missões das Forças Armadas 2014” (MIFA 2014).

O SF identifica o tipo e quantitativos de forças e meios tendo em consideração as orientações específicas e cenários de emprego plasmados no Conceito Estratégico Militar 2014 (CEM 2014), tendo enquadrado o nível de ambição estabelecido na “Defesa 2020”. O SF é o “referencial nacional para o levantamento e manutenção de capacidades, a ser concretizado de acordo com os ciclos de planeamento de forças e através da subsequente programação militar” (CCEM, 2014, p. 3).

As Forças Armadas encontram-se, segundo o SF, divididas em duas Componentes: a Componente Fixa e a Componente Operacional. A primeira é considerada essencial à organização e apoio geral das Forças Armadas e encontra-se identificada por Unidades, Estabelecimentos, Órgãos e Serviços. A segunda identifica para cada capacidade, a sua finalidade, atributos (forças, meios e respetivos quantitativos em material e fatores de sustentação) e racional de constituição (CCEM, 2014, p. 5).

No sentido de permitir uma abordagem modular no planeamento de capacidades e de alinhar o planeamento nacional com o planeamento da NATO (MDN, 2014), o SF define “um conjunto de áreas de capacidade<sup>9</sup> consideradas no contexto do emprego das forças e dos meios, sejam de natureza conjunta ou, no âmbito mais restrito para o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e Ramos, estabelecendo a sua relação com as MIFA 2014, com a tipologia de forças e a forma como cada capacidade se relaciona com as áreas de capacidade” (CCEM, 2014, p. 6).

---

<sup>8</sup> Conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras (MDN, 2014).

<sup>9</sup> Conjunto agregador de capacidades que concorrem para a criação de um determinado efeito operacional tendo em vista o cumprimento das missões. Não são mutuamente exclusivas, devendo ser consideradas interrelacionadas e interdependentes. (CCEM, 2014, p. 6). As áreas de capacidade consideradas são: Comando e Controlo, Emprego da Força, Proteção e Sobrevivência, Mobilidade e Projeção, Conhecimento Situacional, Sustentação e Autoridade, Responsabilidade, Apoio e Cooperação.





O SF é dividido em três conjuntos de forças e meios dos três Ramos das Forças Armadas:

- “Uma força orientada para missões de evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise ou conflito e de resposta nacional autónoma em situações de emergência complexas, a Força de Reação Imediata (FRI)” (Conselho de Ministros, 2013, p. 2286);
- “Um conjunto de Forças Permanentes em Ação de Soberania (FPAS), orientadas para missões, designadamente, de defesa aérea, patrulhamento, vigilância e fiscalização marítima e aérea, e vigilância terrestre quando determinado, busca e salvamento, defesa Nuclear Biológica Química e Radiológica (NBQR), de resposta a catástrofes, em continuidade no território nacional e nas áreas de jurisdição ou responsabilidade nacional” (Conselho de Ministros, 2013, p. 2286);
- “Um Conjunto Modular de Forças [CMF], orientado para resposta a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa – FND, constituídas ou a constituir, para emprego sustentado, por períodos de seis meses, para empenhamento até três operações simultâneas de pequena dimensão ou numa operação de grande dimensão” (Conselho de Ministros, 2013, p. 2286);

De acordo com a legislação em vigor, conforme descrito anteriormente, e de acordo com o âmbito do trabalho, o foco incide sobre este último conjunto de forças.

Analisando o Anexo B do SF, podemos encontrar todas as missões das Forças Armadas, sendo que, as que dizem somente respeito ao CMF são:

- Defesa do território das Nações aliadas – M 2.1;
  - Operações de Resposta a Crises no âmbito da NATO – M 4.1;
  - Outras operações no âmbito da NATO – M 4.2;
  - Operações e missões no âmbito da UE – M 4.3;
  - Operações de paz no âmbito da ONU ou da CPLP – M 4.4;
  - Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais – M 4.5;
  - Ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança de outros Países – M 6.2.
- (CCEM, 2014).

#### **b. Nível de ambição e prioridades**

No âmbito do trabalho, a missão a considerar é a M 4.4. Como espectável, a contribuição para esta missão é assumida, quer pelos três Ramos, quer pelo próprio



EMGFA e para a qual, cada um disponibiliza as suas capacidades militares de acordo com a solicitação das mesmas.

Se não houvessem restrições ao emprego das Forças Armadas Nacionais, a maioria das forças e meios poderiam ser empregues no âmbito da MIFA M 4.4, contudo, a legislação nacional, através da “Defesa 2020” define, nas orientações para o ciclo de planeamento estratégico de defesa, o nível de ambição, tendo em consideração o quadro de empenhamento que decorre do CEDN.

Define assim as orientações em termos de requisitos de capacidades e meios a disponibilizar pelos Ramos, do seguinte modo:

- “Marinha – capacidade de projetar e sustentar, em simultâneo, duas unidades navais de tipo fragata, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva(...)”;
- “Exército – Capacidade de projetar e sustentar, em simultâneo, até três unidades de combate (até escalão batalhão), apoio de combate ou apoio de serviços, para participação nos esforços de segurança cooperativa<sup>10</sup> e defesa coletiva<sup>11</sup>, podendo no máximo comandar uma única operação de escalão brigada em qualquer cenário e grau de intensidade, por tempo limitado”;
- “Força Aérea – capacidade para projetar e sustentar até três destacamentos aéreos de pequena dimensão, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva por períodos de curta duração ou um destacamento aéreo por um período alargado.” (Conselho de Ministros, 2013, p. 2286).

Este nível de ambição é definido para emprego no âmbito das missões de defesa coletiva e de segurança cooperativa ou seja, define as forças e meios que podem ser empregues ao abrigo das alianças e parcerias de que Portugal faz parte. O conjunto de missões que são desempenhadas pelo CMF, englobam todo o tipo de participação de forças portuguesas no exterior do Território Nacional, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

---

<sup>10</sup> “O principal propósito da segurança cooperativa é prevenir a guerra e fazer isso, primariamente, prevenindo os meios necessários à montagem de uma bem sucedida agressão, obviando, assim, também, que os estados ameaçados façam a sua contra-preparação.(...) desloca o centro de interesse do planeamento de segurança, da preparação para conter ameaças, para a prevenção dessas ameaças acontecerem. (...) assume que a guerra não é inevitável, tal como a doença e a morte, e o compromisso com a prevenção pode aspirar a ser indefinidamente eficaz. Para se conseguir essa aspiração, deve-se presumir que a cooperação deverá ser abrangente, incluindo no que diz respeito a todos os importante recursos das capacidades militares, tal como a todos os estabelecimentos militares.” (Carter, et al., 1992, pp. 7-8)

<sup>11</sup> “O conceito de defesa colectiva designa a participação na defesa da Europa em conformidade com os tratados de Bruxelas (Artigo V) e de Washington (Artigo 5º) que determinam que, em caso de agressão, os Estados signatários têm a obrigação de prestar a assistência necessária para restabelecer a segurança.” (UE, s.d.)





Ao longo dos anos Portugal tem participado com as suas Forças Armadas em diversas missões no exterior, quer com participações individuais, através de elementos pertencentes a Estados-Maiores internacionais ou de observadores militares, quer através de unidades militares, com a sua orgânica nacional ou constituídas de acordo com as necessidades das missões em que foram empregues.

Desde a definição do novo CEDN, publicado em *Diário da República* a 5 de abril de 2013, que ficou bem vincado que Portugal pretende “participar ativamente em missões que contribuam para a paz e segurança internacional, no âmbito de organizações internacionais a que está vinculado” (Governo de Portugal, 2013, p. 1989), defendendo assim a sua posição internacional e, ao mesmo tempo, consolidando as relações externas de defesa.

Neste mesmo documento é definido como empregar os recursos militares nacionais, tendo em consideração a conjuntura atual e os recursos disponíveis. Assim sendo, foi definido que, primariamente, os meios nacionais deverão ser empregues na “defesa cooperativa da paz e da segurança nas regiões europeia e euro-atlântica, em conjunto com os aliados, bem como na proteção das comunidades portuguesas no estrangeiro”. Como segunda prioridade deverão ser empregues nas “áreas vitais para o combate ao terrorismo transnacional e outras ameaças diretas à região euro-atlântica”. A terceira prioridade diz respeito a “cooperação no domínio da segurança e defesa com os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” e por fim “participar em missões de ajuda de emergência<sup>12</sup> das Nações Unidas” (Governo de Portugal, 2013, p. 1991).

Ao longo do CEDN pode verificar-se a importância que o Governo Português atribui às alianças e parcerias de que faz parte, e pode constatar-se ainda que, no entender nacional, a prioridade de emprego do seu aparelho militar no exterior é para missões no quadro da NATO, seguida da UE, não sendo referida a ONU (Governo de Portugal, 2013, pp. 1986-1987).

### **c. Forças a empregar em missões internacionais**

Considerando o referido anteriormente, e tendo por base o SF e os empenhamentos atuais, analisa-se agora as forças disponíveis para emprego em futuras missões, tendo em linha de conta a delimitação feita para este trabalho, que se centra no emprego de unidades constituídas dos três Ramos das Forças Armadas.

#### **(1) Marinha**

---

<sup>12</sup> “... sustentação dos meios para a salvaguarda da vida, incluindo a proteção da vida humana” (Exército Português, 2005, p. 14-18).



O mais antigo Ramo das Forças Armadas Portuguesas, de acordo com o nível de ambição definido, poderá participar com, no máximo, duas unidades navais tipo fragata.

Estas unidades navais podem contribuir para atividades de controlo do mar executando bloqueios ou interdições navais e assegurar o apoio a operações anfíbias, terrestres e aéreas. Podem ainda executar escoltas, atividade que realizaram durante a sua participação na Operação Atalanta, missão sob a égide da UE, EUNAVFOR ATALANTA. (Marinha Portuguesa, 2015).

A Marinha possui presentemente cinco unidades navais tipo fragata de duas classes, a Classe Vasco da Gama e a Classe Bartolomeu Dias (Marinha Portuguesa, 2015). À data de entrega do presente trabalho, a Marinha tem empenhada uma Fragata em exercícios no âmbito do US AFRICOM no Golfo da Guiné (EMGFA, 2015).

## **(2) Exército**

Ao Exército, de acordo com o nível de ambição, cabe um empenhamento mais diversificado, podendo ser empregues meios de combate, de apoio de combate e/ou de apoio de serviços, num total de, no máximo, três unidades de escalão Batalhão (UEB). Podem ainda assumir o comando de uma operação de escalão Brigada de qualquer tipologia de forças terrestres, ligeiras, médias ou pesadas. A estrutura do Exército possui na sua componente operacional três unidades de escalão Brigada, uma de cada tipologia de forças.

A Brigada de Reação Rápida, a força de tipologia ligeira, encontra-se vocacionada para “Projetar e empenhar, de forma sustentada e contínua, forças de escalão Batalhão de elevada prontidão aptas a operar em todo o espectro de missões e cenários, orientando-as prioritariamente para situações que requeiram forças ligeiras de reação rápida capazes de participarem em Operações de Resposta a Crises (CRO), bem como no combate ao terrorismo e ao crime organizado.” (CCEM, 2014, p. 36).

Para ser possível empenhar uma UEB desta tipologia de forças, a Brigada possui três unidades desse mesmo escalão, permitindo assim cumprir o ciclo de empenhamento operacional, ciclo este que compreende o aprontamento da força, o seu emprego e a fase de rotação e regeneração. Estas três unidades podem atuar em qualquer TO onde seja necessário empregar forças ligeiras de reação rápida (CCEM, 2014, p. 36).

A Brigada de Intervenção é a força de tipologia média, e está vocacionada para “Projetar e empenhar, de forma sustentada e contínua, forças de escalão Batalhão de manobra ou apoio de combate, aptas a operar em todo o espectro de missões e cenários, orientando-as prioritariamente para situações que requeiram forças médias capazes de



garantir a projeção inicial de força em situações de conflito de média/alta intensidade e em Operações de Resposta a Crises (CRO)” (CCEM, 2014, p. 38). Esta tipologia de forças permite aliar o poder de fogo, a proteção e a fácil projeção, garantindo flexibilidade de emprego, prontidão operacional e mobilidade tática de forma isolada ou em forças conjuntas e combinadas, possuindo também três UEB, permitindo assim cumprir com o ciclo de empenhamento operacional (CCEM, 2014, p. 38).

A terceira Brigada, de tipologia pesada, é a Brigada Mecanizada que está vocacionada para “Projetar e empenhar, de forma sustentada e contínua, forças de escalão Batalhão de manobra ou apoio de combate, aptas a operar em todo o espectro de missões e cenários, orientando-as prioritariamente para situações que requeiram forças pesadas em situações de conflito de alta intensidade e em Operações de Resposta a Crises (CRO).” (CCEM, 2014, p. 40).

Esta Brigada na sua constituição possui três UEB que podem participar em TO que necessitem de poder de fogo, poder de choque e proteção adequados aos meios mecanizados e blindados que esta unidade dispõe (CCEM, 2014, p. 40).

As forças descritas constituem-se como as UEB de combate. Como forças de apoio de combate, o Exército dispõe de três UEB de Artilharia de Campanha, duas equipadas com peças rebocadas e uma com peças auto propulsadas, que proporcionam o apoio de fogos necessário a uma unidade de escalão brigada, uma UEB com capacidade ISTAR<sup>13</sup>, um comando de UEB de Engenharia, que pode enquadrar subunidades de Engenharia de combate e outras, tais como o Grupo de Equipas de Inativação de Engenheiros Explosivos, e as Companhias de Engenharia das três Brigadas e uma UEB de Artilharia Antiaérea. Podem ainda ser incluídas como unidades de apoio de combate, as unidades de Polícia Militar nacionais em módulo de UEC (CCEM, 2014).

Como forças de apoio de serviços, o Exército possui um conjunto modular de unidades de escalão Companhia (UEC), que pode ser empregue em conjunto com as unidades de combate e apoio de combate ou separadamente. Essas UEC são uma Companhia de Reabastecimento e Serviços, uma Companhia de Transportes, um Agrupamento Sanitário e três UEB de apoio de Serviços. (CCEM, 2014).

O Exército tem empenhado em missões no exterior sob a égide da NATO, uma UEB da Brigada de Intervenção na missão do Kosovo, a KFOR (Kosovo Force), e uma UEC de manobra na Lituânia na NATO Assurance Measures (NAM). Existem mais militares do

---

<sup>13</sup> *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance.*



Exército empenhados em várias missões mas não no âmbito da delimitação deste trabalho (EMGFA, 2015).

### **(3) Força Aérea**

Este Ramo proporciona a disponibilização de meios com capacidades várias, o que permite uma diversidade de emprego elevada em missões internacionais. Limitado a três destacamentos de pequena dimensão por períodos de curta duração ou um destacamento aéreo por período alargado. Pode oferecer as capacidades de luta ar-solo e vigilância, reconhecimento e patrulhamento terrestre e marítimo, garantidas pela esquadra P-3C, luta ar-ar ofensiva e defensiva, garantida pelas esquadras de F-16, transporte aéreo, através das esquadras de C-130, C-295M e de helicópteros EH-101 Merlin e projeção, proteção, operacionalidade e sustentação de forças através das esquadras de asa fixa C-130 e C-295M (CCEM, 2014).

Atualmente, é o Ramo das Forças Armadas que mais próximo está do seu limite de empenhamento, de acordo com o nível de ambição definido, tendo dois destacamentos empenhados em missões internacionais ao abrigo do quadro de alianças e parcerias nacional (EMGFA, 2015). Encontram-se empenhados à data da entrega do trabalho e desde janeiro de 2015 na Operação *Active Endeavour*, operação sob a égide da NATO com uma aeronave P-3C e 13 militares e na MINUSMA (*United Nations Assistance Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali*), missão da ONU, com uma aeronave C-295 e 75 militares (EMGFA, 2015).

Após esta análise detalhada por Ramo, pode concluir-se que à data da entrega do trabalho, e considerando os meios empenhados no âmbito de outras alianças e parcerias nacionais, o nível de ambição máximo definido pela legislação em vigor ainda não foi atingido. Encontram-se ainda disponíveis para empregar em missões internacionais uma unidade naval tipo fragata da Marinha, duas UEB do Exército ou, conjugando a que já se encontra empenhada, comandar uma missão de escalão Brigada, e da Força Aérea, um destacamento de pequena dimensão por períodos de curta duração.



### **3. Valores associados às Unidades empregues**

Como ficou expresso no capítulo anterior, as unidades que Portugal pode empregar em missões sob a égide da ONU, são as que não se encontram empenhadas em missões no âmbito das alianças e parcerias nacionais, até à capacidade do nível de ambição definido na legislação nacional. Para este trabalho poder ser consequente ao longo do tempo, salvo as variações normais da inflação e dos custos associados ao emprego das unidades, serão analisados neste capítulo os custos associados com cada tipo de unidade e equipamento que pode ser empregue em missões no estrangeiro.

Esta análise terá por base as despesas inerentes às várias missões em que Portugal tem participado com FND, onde serão analisados os Anuários Estatísticos de Defesa Nacional referentes aos anos de 2012, 2011 e 2010, que se encontram disponíveis no sítio do governo português, [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt).

Será feita uma comparação com os meios que têm origem no nível de ambição nacional e os meios empregues ao longo destes três anos de referência<sup>14</sup>, independentemente de onde e ao abrigo de que aliança ou parceria tenham sido empregues. Os valores associados a cada uma das unidades e meios empregues referem-se ao valor despendido pelo Estado nas atividades de aprontamento, projeção, sustentação e meios envolvidos na sua retração (MDN, 2010).

#### **a. Marinha**

No nível de ambição a Marinha disponibiliza até duas unidades navais do tipo fragata. Estas unidades navais estão vocacionadas para escoltas oceânicas, possuindo uma elevada capacidade e versatilidade (Marinha Portuguesa, 2015). Desde a década de 90, estes meios navais têm sido empregues em missões no estrangeiro, quer no âmbito da NATO, quer da UE, bem como no âmbito das relações bilaterais, multilaterais e interagências (Gomes, 2009).

Nos anos em análise, Portugal participou com meios navais nas seguintes missões e com os custos associados que se descrevem na tabela 1.

---

<sup>14</sup> Foram considerados somente os três anos referidos devido à forma de tratamento de dados por parte dos documentos de referência ter variado em 2010 e só existirem publicados dados até ao ano de 2012.



**Tabela nº 1 – Emprego de meios navais e despesas associadas**

Fonte: (MDN, 2010; MDN, 2011; MDN, 2012)

	2010		2011		2012	
	Meios	Despesa	Meios	Despesa	Meios	Despesa
SNMG	1 Fragata <sup>15</sup> (1 mês)	2.169.984€			1 Submarino	1.385.582€
EUROMAR FOR <sup>16</sup>	1 Fragata	2.312.017€	1 Fragata	2.421.984€		
<i>Op Ocean Shield</i>			1 Fragata (3 meses)	6.506.798€		
<i>Op Atalanta</i>			1 Fragata (4 meses)	12.182.011€	1 Fragata (3 meses)	6.751.473€

Como se pode constatar, a Marinha tem tido um empenhamento ativo, quase sempre com duas unidades navais tipo fragata. Em 2011, apesar de estarem três fragatas empenhadas, o desfasamento no tempo fez com que o empenhamento nas Operações Ocean Shield (15 de agosto a 15 de novembro) e Atalanta (de 29 de abril a 27 de agosto) não superasse as duas unidades navais, nível de ambição definido pelo governo português em 2013.

Com esta tabela, e efetuando a média da despesa por mês do emprego de Fragatas exposto, pode chegar-se à conclusão que o empenhamento de uma unidade naval tipo Fragata tem um custo mensal associado na ordem dos 2.250.000€.

## **b. Exército**

O Exército, como Ramo com maior efetivo, é também o mais representado no que diz respeito a participação em missões ao abrigo das alianças e parcerias internacionais a que Portugal pertence. Iniciou em 1993 com a sua primeira FND em Moçambique ao serviço da ONU com um Batalhão de Transmissões (Branco, 2009).

Desde este primeiro passo, o Exército Português já participou em missões de paz, sob a égide da NATO, ONU e UE, com forças constituídas no continente africano, europeu e

<sup>15</sup> Portugal contribuiu para o SNMG 1 com um Fragata que foi empenhada na Operação Ocean Shield.

<sup>16</sup> Força marítima internacional criada em 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha, com capacidade de emprego de forma independente ou em conjunto com outras forças em operações autónomas ou sob a égide de Organizações supranacionais, destinada prioritariamente à UE.



asiático. Nos anos em análise o Exército esteve em diversos TO com uma diversificada tipologia de forças que se procura espelhar na tabela 2.

**Tabela nº 2 – Emprego de Unidades do Exército e despesas associadas**

Fonte: (MDN, 2010; MDN, 2011; MDN, 2012)

Missão	2010		2011		2012	
	Meios	Despesas	Meios	Despesas	Meios	Despesas
UNIFIL	UNEng 7 UNEng 8 UNEng 9	8.163.352€ <sup>17</sup>	UNEng 9 UNEng 10	8.480.651€ <sup>18</sup>	UNEng 11	3.695.211€
ISAF	QRF	28.152.261€ <sup>19</sup>	Diversos <sup>20</sup>	18.687.571€	Diversos <sup>21</sup>	15.233.340€
KFOR	1ºBIMec 2ºBIPara 1ºBIPara	19.656.324€ <sup>22</sup>	1ºBIPara 2ºBIMec GAM	14.309.621€ <sup>23</sup>	GAM 1ºBI AgrINDIA	9.814.189€

Como se encontra espelhado na tabela, os custos das unidades de engenharia, tendo em conta que o empenhamento das unidades é de seis meses e que a UNEng 9 chegou ao TO em dezembro de 2010, foram calculados dividindo a despesa anual por duas unidades. Contudo, existem em 2010 cinco elementos e em 2011 nove que acrescem a despesa sem fazerem parte da unidade de engenharia. Podemos assim considerar que a despesa originada por uma UEC de Engenharia em missão por seis meses ronda os 4.000.000€.

Na missão da ISAF, a participação portuguesa foi diversificada desde o seu início em 2002 até ao final de 2014. No que diz respeito à participação nesta missão por parte do Exército com unidades constituídas, participou com sete Quick Reaction Force (QRF), unidade constituída para a missão que era composta por uma UEC de manobra, um

<sup>17</sup> Esta despesa engloba os cinco militares integrados na missão no Quartel-General (QG) da UNIFIL.

<sup>18</sup> Para além dos cinco militares no QG da UNIFIL, foi projetado uma Célula de Informações Militares (CIM) com quatro elementos.

<sup>19</sup> Esta despesa para além de contemplar a QRF, uma Companhia de Manobra e um TACP, engloba ainda o 2º e 3º Destacamento Sanitário com 30 elementos (15+15), cinco elementos do QG da ISAF, a 2ª, 3ª e 4ª OMLT de Divisão com 51 elementos (17+17+17), a 4ª, 5ª e 6ª OMLT de Guarnição com 33 elementos (11+11+11) e respetivo módulos de apoio com 224 elementos (56+56+112), 3 elementos no QG da NATO Training Mission - Afghanistan (NTM-A), uma equipa de formadores da CSS Logistic School com 10 elementos, uma equipa de instrutores no Kabul Military Training Center (KMTC) com 10 elementos, uma equipa de instrutores Kabul Air Corps Training Center (KACTC) de 10 elementos e um piloto nacional que integrou o destacamento Belga.

<sup>20</sup> Neste ano para a ISAF, o Exército não contribuiu com qualquer unidade constituída.

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> O 1º BIMec e o 1ºBIPara no ano de 2010 estiveram em TO cerca de 3 meses, tendo o primeiro transitado de 2009 e o segundo transitado para 2011. Este valor de despesa inclui 9 elementos do QG da KFOR.

<sup>23</sup> O 1º BIPara e o GAM no ano de 2011 estiveram em TO cerca de 3 meses, tendo o primeiro transitado de 2010 e o segundo transitado para 2012. Este valor de despesa inclui 9 elementos do QG da KFOR.

No final da primeira rotação entre o 1ºBIPara e o 2ºBIMec, houve uma redução do contingente passando a constituir uma UEB com uma Companhia de manobra portuguesa e uma companhia de manobra húngara, daí a diminuição de despesas.





Módulo de Apoio, um módulo TACP, pertencente à Força Aérea, um módulo sanitário Role 1 e pelo Comando da Força, perfazendo o total de 157 militares.

Dos anos analisados só em 2010 é que Portugal participou com uma QRF, sendo difícil de determinar, do valor atribuído às despesas neste TO, qual a parte que corresponde ao empenhamento da QRF, tendo sido necessário recorrer ao anuário estatístico de 2007, altura em que o empenhamento no TO era materializado pela QRF e por 11 elementos isolados distribuídos pelo QG da ISAF (5+4) e pelo QG da Kabul Multinational Brigade (KMNB) (2). Os custos com a missão da ISAF em 2007, plasmados no Anuário Estatístico desse ano, foram de 16.470.167€. Podemos assim inferir que os custos de uma força com a constituição anteriormente descrita foi aproximadamente de 8.000.000 € por cada período de seis meses.

O TO do Kosovo está em operações desde 1999 e Portugal faz parte da KFOR desde julho desse ano. Em 2001 Portugal retirou a sua UEB do TO, tendo contribuído com outro tipo de forças, nomeadamente um destacamento de Operações Especiais e um TACP e, entre 2003 e 2004, com uma pequena unidade sanitária com duas ambulâncias e cinco militares. Em janeiro de 2005 a participação portuguesa volta a estar assente numa UEB de manobra com 300 militares, efetivo que se manteve até 2011. Com a rendição em março de 2011 do 1º BIPara, o efetivo nacional passou a ser de 163 militares, constituindo uma UEB em conjunto com uma UEC de manobra húngara. Portugal contribui com parte do comando da UEB, uma UEC de manobra e uma parte da UEC de comando e serviços.

Como podemos verificar na tabela 2, as diferenças de despesas entre 2010, 2011 e 2012 são significativas mas, como foi explicado anteriormente, em 2010 e até à primeira rotação em 2011 a FND era constituída por uma UEB com 300 militares. Se considerarmos o valor associado como dividido por duas UEB a seis meses cada uma, visto que o 1º BIMec saiu de TO em março, contabilizando três meses em 2010 e o 1º BIPara entrou em TO em final de setembro, contabilizando também três meses em 2010, temos que uma UEB a duas UEC de manobra e uma UEC de comando e serviços custa aos cofres nacionais cerca de 9.500.000€ por seis meses.

Já a estimativa em 2011 tem de ser afetada de outros coeficientes. Uma UEB a três UEC durante três meses (1ºBIPara) custa aproximadamente 4.500.000€, metade do valor anteriormente encontrado. As duas rotações seguintes já se configuraram na modalidade anteriormente descrita de uma UEB a duas UEC nacionais. Assim sendo, pode dizer-se que a nova configuração neste TO, num período de seis meses, origina uma despesa na ordem dos 6.500.000 €.





Este valor encontra eco no ano de 2012, visto a nova configuração encontrar-se já implementada desde o início do ano e o total de despesa do ano ser aproximadamente de 10.000.000€, não podendo esquecer que existem nove militares no QG da KFOR ao qual neste estudo é atribuído o diferencial entre a despesa aproximada das UEB e a despesa real apresentada em Anuário.

### c. Força Aérea

A Força Aérea é um Ramo que tem tido ao longo das participações nacionais em FND um empenhamento ativo. A grande participação tem sido feita com recurso aos meios aéreos de transporte. De acordo com o artigo do Major-General Martins Branco 74,7% da participação da Força Aérea é com recurso aos referidos meios, tendo sido o C-130 o meio mais usado devido à sua versatilidade (2009).

Contudo, a participação deste Ramo não se tem cingido a aeronaves de transporte. Já participou em FND com os helicópteros Alouette III, com as aeronaves P-3C, com os F-16 e, mais recentemente, com o C-295. Participou ainda com equipas TACP na Bósnia-Herzegovina, na IFOR, e no Afeganistão, na ISAF.

Tal como para os outros Ramos, irá ser feita a análise à participação da Força Aérea de acordo com os anuários estatísticos. Os dados são espelhados na tabela 3.

**Tabela nº 3 - Emprego de unidades da Força Aérea e despesas associadas**

Fonte: (MDN, 2010; MDN, 2011; MDN, 2012)

	2010		2011		2012	
	Meios	Despesa	Meios	Despesa	Meios	Despesa
<i>Active Endeavour</i>	1 P-3C	2.348.703€	1 P-3C	2.778.634€	1 P-3C	953.706€
<i>Op Atalanta</i>	1+1 P-3C	7.519.833€				
<i>Op Ocean Shield</i>			1 P-3C	2.778.634€ <sup>24</sup>		
<i>Air Policing Iceland</i>					4 F-16	4.616.653€

Como demonstra a tabela 3, dos meios empregues, nos anos em análise, a aeronave mais utilizada foi o P-3C e as despesas associadas são variáveis. Estas despesas sofrem variações tão significativas pelos seguintes motivos:

<sup>24</sup> O valor apresentado na referência é de 9.285.432€. Considerou-se o custo do meio aéreo equivalente ao valor da Operação *Active Endeavour*, sendo o restante atribuído ao meio naval.



- Nos anos de 2010 e 2011, as aeronaves efetuavam duas missões por mês;
- Em janeiro de 2012 foi reduzido para um voo por mês daí a redução para menos de metade;
- O Destacamento que participou na Operação *Active Endeavour* em 2010 tinha 20 militares, enquanto que os dois destacamentos que participaram na Operação Atalanta tinham 42 militares;
- Em 2011 foram empregues dois destacamentos aéreos na Operação *Ocean Shield*. Estes eram de constituição diferente, não tendo sido levado em consideração o número de militares no cálculo da estimativa. Porém, o meio aéreo empregue foi o mesmo;
- A missão de *Air Policing Iceland* realizou-se durante um mês (entre 14 de agosto e 17 de setembro) e contou com o total de 70 militares e seis F-16 destacados.

Com esta análise verifica-se a despesa associada a apenas dois meios disponibilizados pela Força Aérea. O meio mais utilizado em missões no exterior no âmbito das alianças e parcerias nacionais, como vimos antes é a aeronave C-130, que não participou em FND no período analisado.

Recorrendo a anuários estatísticos anteriores, referentes a 2007 e 2006, conseguimos ver que esta aeronave participou ativamente na missão da ISAF, sem contudo ser possível isolar as despesas associadas ao emprego do meio (MDN, 2007).

Recorrendo ao anuário estatístico de 2006, em que, para além das missões em apoio das FND projetadas na altura no Afeganistão, Bósnia-Herzegovina e Kosovo, esta tipologia de aeronave, com um destacamento de 18 militares, cumpriu uma missão na República Democrática do Congo na EUROFOR, e nessa data teve uma despesa de 1.638.316€ (MDN, 2006).

Com este capítulo, através da análise de dados recentes de FND consegue chegar-se a uma estimativa de despesas associadas a cada uma das forças que constam no nível de ambição definido pela “Defesa 2020”, sendo os valores os seguintes:

- Unidade naval tipo Fragata – 2.250.000€ / mês;
- UEB a três UEC – 9.500.000€ / seis meses;
- UEB a duas UEC – 4.500.000€ / seis meses;
- UEC de manobra - 8.000.000€ / seis meses<sup>25</sup>;

---

<sup>25</sup> Este valor é superior ao da UEB a duas UEC devido às despesas associadas com a projeção, sustentação e retração da força, uma vez que o local de emprego e os meios empregues são diferentes.



- UEC de Engenharia – 4.000.000€ / seis meses;
- Destacamento P-3C – 1.000.000€ / um ano / uma missão por mês;
- Destacamento F-16 – 4.600.000€ / mês;
- Destacamento C-130 – 1.700.000€ / mês.

Os valores encontrados neste capítulo englobam as quatro fases de uma FND: aprontamento, projeção, sustentação, rendição/retração. Após ter sido solicitado à Direção de Recursos do EMGFA apoio no apuramento de valores mais concretos, é possível alcançar um valor mais aproximado para a fase da sustentação das diversas forças.

Estes valores foram fornecidos pelos Planos de Proposta Orçamental para as FND de 2014 (Anexo A) dos respetivos Ramos sendo os seguintes:

- Unidade Naval tipo Fragata: 2.000.000€/mês;
- UEB a duas UEC: 4.500.000€/seis meses;
- Destacamento P-3C: 2.100.000€/mês/120 horas de voo (HV);
- Destacamento F-16: 5.000.000€/mês/320 HV.

Para efeitos de continuação do trabalho, será considerada uma extrapolação do valor de referência para UEB a duas UEC. Tendo em consideração o equipamento e dimensão de uma UEC (150 a 170 militares) e a dimensão e equipamento do Estado-Maior da UEB, a decomposição do valor por subunidades será de 2.000.000€ por UEC e 500.000€ para o Estado-Maior da UEB. As UEC de Polícia Militar, devido ao seu efetivo ser mais reduzido (106 militares) do que as restantes UEC em análise, terá como valor de sustentação<sup>26</sup> o valor estimado de 1.500.000€. Todos os valores incluem os suplementos de missão atribuídos aos militares que integram as respetivas Ordens de Batalha.

---

<sup>26</sup> “Atividades orientadas para disponibilizar no local, no momento, na quantidade e com as especificidades adequadas, os abastecimentos e serviços necessários à realização das missões atribuídas” (CID, 2013, p. 2-4).



#### **4. Ressarcimento por parte da ONU**

##### **a. Caraterização**

A política de ressarcimento da ONU aos seus membros que participam em missões sob a sua égide, tem origem no relatório do SG A/48/945 e no relatório do Comité para questões administrativas e orçamentais A/49/664. A Assembleia Geral, através da resolução 49/233, de 23 de dezembro de 1994, autorizou o SG a proceder à reforma dos procedimentos de ressarcimento aos Estados-Membros pelo equipamento disponibilizado para as missões de paz da organização.

Foram então organizados grupos de trabalho com especialistas técnicos e financeiros dos Estados-Membros para proceder à atualização dos procedimentos de ressarcimento. Estes grupos recomendaram ao SG que este procedimento assentasse em dois conceitos:

- *Wet Lease* – neste conceito os Países contribuintes disponibilizam os equipamentos principais e a manutenção dos mesmos;
- *Dry Lease* – neste conceito os Países contribuintes disponibilizam os equipamentos principais mas cabe à ONU ou a uma terceira parte a responsabilidade da manutenção dos mesmos (ONU, 2011, p. 18).

Estes mesmos grupos de trabalho recomendaram que o restante equipamento e os bens consumíveis que não estivessem diretamente relacionados com os equipamentos principais, fossem ressarcidos como “autossustentação”, de acordo com as dimensões das forças. Estes equipamentos apenas seriam sujeitos a inspeção para assegurar que cumpriam os padrões do mandato que os contingentes se encontrariam a executar. Caso os Estados-Membros contribuintes fornecessem menos equipamentos que os estipulados no MOU, seriam apenas ressarcidos pelos equipamentos que de facto tivessem contribuído (ONU, 2011, p. 3).

##### **b. Contingent-Owned Equipment (COE) Manual**

A criação do manual de ressarcimento foi um processo moroso com várias fases e relatórios e culminou, em 2011, com a elaboração do “*Manual on Policies and Procedures Concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions*”, conhecido como COE Manual. Este manual visa apoiar os países contribuintes de forças e assegurar que as decisões da Assembleia Geral são implementadas “na totalidade e com consistência” (ONU, 2011, p. 5).



Como foi explicado no primeiro capítulo, a participação de qualquer força em missões de paz da ONU carece de um MOU, onde se encontram estipuladas as obrigações de cada uma das partes no que diz respeito a pessoal, equipamento principal e à autossustentação.

O transporte dos contingentes e dos seus equipamentos, quer na projeção, quer na retração é da responsabilidade da ONU. Cabe aos países contribuintes a responsabilidade do transporte de sobressalentes e abastecimentos, aquando da rotação de contingentes nacionais e de todo o equipamento e material necessário para manter a operacionalidade dos contingentes projetados.

De modo a garantir que os termos acordados entre a ONU e os países contribuintes são cumpridos, existe um sistema de verificação e controlo que compreende três tipos de inspeções: a Inspeção de Chegada, realizada até um mês após a projeção inicial, a Inspeção de Prontidão Operacional, realizada pelo menos de seis em seis meses ou sempre que se suspeite que os equipamentos ou serviços prestados não cumpram os padrões definidos no MOU e a Inspeção de Repatriação, que visa verificar todo o equipamento principal a repatriar (ONU, 2011, pp. 12-13).

As taxas de ressarcimento por sistema são calculadas com base num valor de mercado genérico e justo (*generic fair market value* (GFMV)) para cada equipamento principal. Este valor tem em conta o custo inicial do equipamento acrescido de investimentos/melhoramentos feitos no mesmo, sendo subtraído o seu desgaste até ao emprego do mesmo ao serviço da ONU (ONU, 2011, pp. 152-153).

A taxa de ressarcimento em *dry lease* é calculado com base no GFMV, a dividir pela estimativa de vida útil do equipamento em anos, e por sua vez dividida em 12, determinando assim o ressarcimento mensal (ONU, 2011, p. 153).

Em sistema *wet lease* inclui quatro elementos:

- A taxa de ressarcimento em *dry lease*;
- Sobressalentes: calculado um custo médio associado à reparação de componentes do equipamento e somado ao ressarcimento;
- Manutenção: calculado um custo médio associado à manutenção do equipamento em missão de acordo com os padrões da UN;
- Equipamento não principal associado: calculado um custo médio associado a todo o equipamento necessário à manutenção das condições de operacionalidade do equipamento principal.



No anexo A do capítulo oito do COE Manual encontram-se descritos todos os valores relativos aos equipamentos principais considerados pela ONU, o GFMV, o tempo de duração do equipamento, o custo de manutenção, o custo mensal em *dry lease* e em *wet lease* (ONU, 2011). As categorias em que os equipamentos principais são divididos são: Comunicações, Elétrico, Engenharia, Armazenamento de Água, Logística, Desminagem e EOD, Controlo de Tumultos, Equipamento de Escalão Pelotão, Equipamento de Escalão Companhia, Polícia Militar, Médico e Dentário, Observação, Aquartelamento, Aeronaves, Armamento, Navios, Carros de Combate, Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (lagartas), Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (rodas), Viaturas de Reconhecimento, Artilharia Auto propulsada, Veículos de Apoio (padrão civil), Veículos de Apoio (padrão militar), Veículos de Comunicações, Viaturas de Engenharia, manuseamento de materiais, Equipamento de apoio a aeronaves/aeroportos/aeródromos e Camiões de transporte.

### **c. Ressarcimento de Unidades Nacionais**

De modo a estabelecer o valor do ressarcimento de uma força nacional empregue numa missão da ONU, é necessário determinar o seu efetivo e equipamento.

No que diz respeito ao emprego das unidades navais tipo fragata, o COE Manual especifica no capítulo três do anexo A que “devido a natureza especial dos navios, tipo, quantidade e critérios de desempenho, o valor do ressarcimento será estabelecido separadamente em *Letter of Assist* (LOA)<sup>27</sup>” (2011, p. 39).

O mesmo é referido quanto ao emprego de aeronaves em missões de paz da ONU, também no capítulo três do anexo A (ONU, 2011, p. 38) o que, para efeitos do presente trabalho limita a análise do ressarcimento de unidades empregues a Unidades do Exército, tendo sempre como guia o nível de ambição definido na “Defesa 2020”.

Para se poder analisar o ressarcimento é necessário ver o que, para a ONU, é a constituição das unidades a empregar nas suas missões e, para tal, o DPKO produziu em 2009 um manual, o *Standby arrangements in the service of peace – Tables of Organization and Equipment* (TOE).

---

<sup>27</sup>Documento oficial, sob forma de contrato, entre a ONU e um Governo, através da sua missão Permanente, com o intuito de garantir bens e serviços que não são disponibilizados por MOU, não são comercializáveis, são de cariz militar ou são referentes a necessidades específicas (DPKO, 2003, p. 13).



Este manual é baseado nas unidades que foram empregues em missões da ONU durante os anos 90 e início do milénio e serve como referência para os países contribuintes como ferramenta de planeamento (DPKO, 2009, p. 4).

O capítulo II deste manual é inteiramente dedicado às unidades da componente terrestre e será esse capítulo que estará na base da análise e comparação com o SF nacional. Serão tidas como referências as unidades que Portugal pode empregar de acordo com o seu SF e com o nível de ambição definido.

De acordo com o manual, o Batalhão de Infantaria é a unidade base para o esforço de qualquer contingente projetado. Pode ser composto por companhias mecanizadas ou motorizadas, ou por um misto de ambas, dependendo dos FR e da ameaça mas, não deve exceder, no total, as quatro companhias por Batalhão, tendo como referencia máxima os 850 homens por UEB (DPKO, 2009, p. 8).

Estabelece ainda como padrão para unidades de infantaria o sistema ternário: três secções por pelotão e três pelotões de infantaria por companhia. Acresce ainda um pelotão de apoio às companhias de infantaria, tal como podemos ver na figura 2.

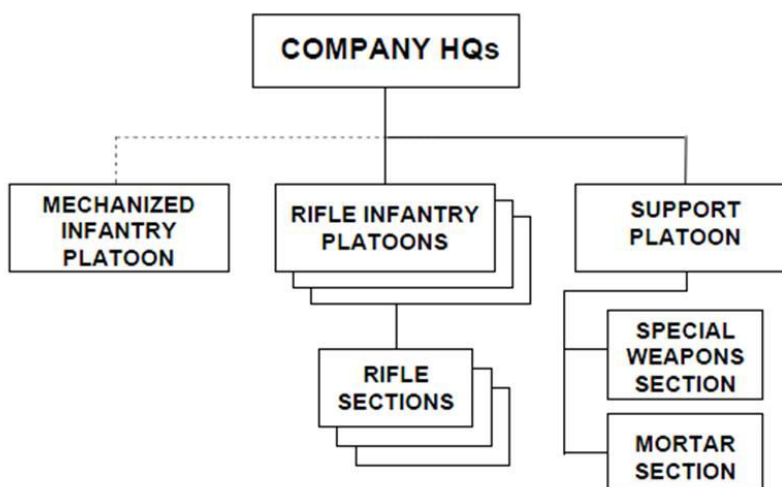


Figura nº 2 – Organização de uma UEC

Fonte: (DPKO, 2009, p. 16)

A figura 3 demonstra a organização da Companhia de Apoio, assim como a ONU pretende nas suas missões.

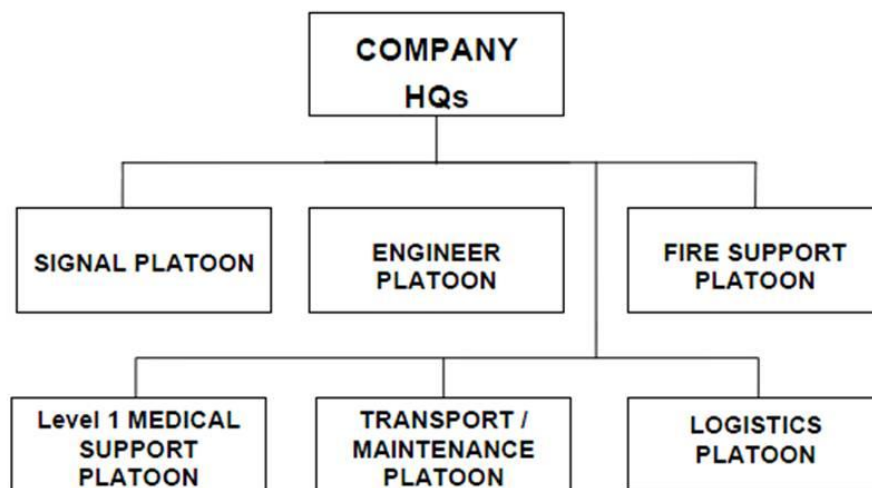


Figura nº 3 – Organização da Companhia de Apoio

Fonte: (DPKO, 2009, p. 24)

Ir-se-á agora descrever a organização das unidades de apoio de combate previstas no TOE que Portugal dispõe no seu SF. Como unidades de apoio de combate constantes do TOE surgem apenas unidades de Engenharia. Estas unidades podem ter três tipologias: construções verticais, construções horizontais e apoio de engenharia. As figuras 4, 5 e 6 mostram qual a organização de cada uma das UEC de cada tipologia. A figura 7 mostra a organização de uma UEC de Polícia Militar.

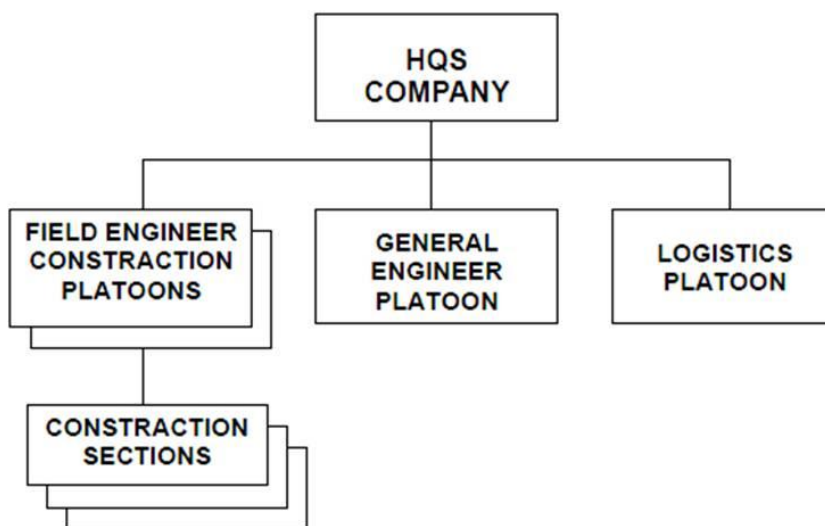


Figura nº 4 – Organização da UEC de Construções Verticais

Fonte: (DPKO, 2009, p. 81)



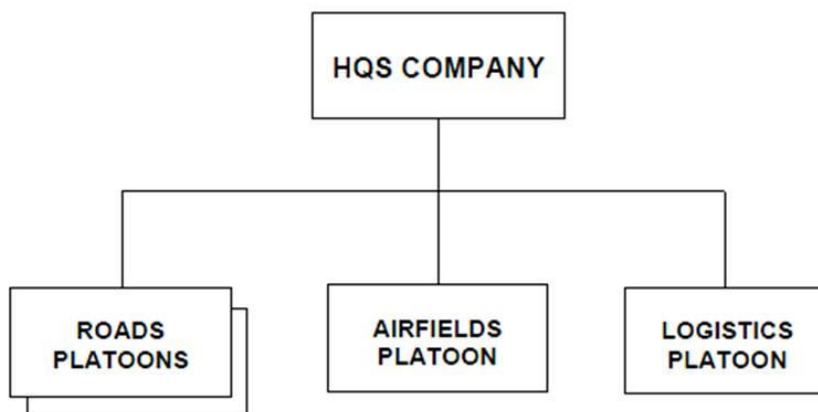


Figura nº 5 – Organização da UEC de Construções Horizontais

Fonte: (DPKO, 2009, p. 87)

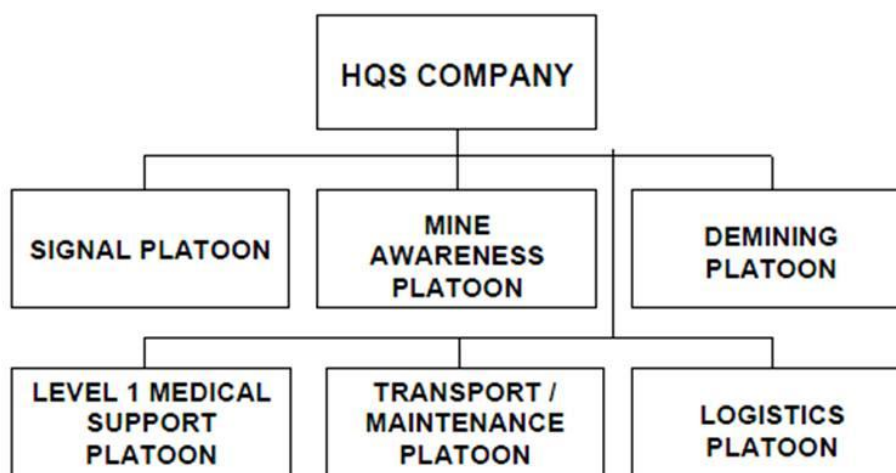


Figura nº 6 – Organização da UEC de Apoio de Engenharia

Fonte: (DPKO, 2009, p. 93)

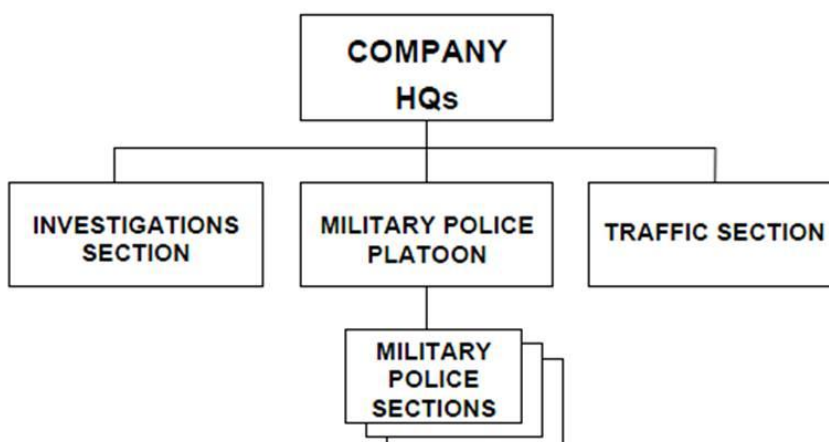


Figura nº 7 – Organização de um Esquadrão de Polícia Militar

Fonte: (DPKO, 2009, p. 40)



Por último será explanada a organização das unidades de apoio de serviços que constam no TOE. As unidades modulares de apoio de serviços identificadas no capítulo dois, encontram paralelo no TOE, com as organizações que a seguir se expõem. Uma Companhia de Reabastecimento na figura 8, uma Companhia Logística Independente na figura 9, uma Companhia de Transportes e Manutenção na figura 10, e nas figuras 11, 12 e 13 as unidades de Apoio Sanitário dos três níveis preconizadas no TOE.

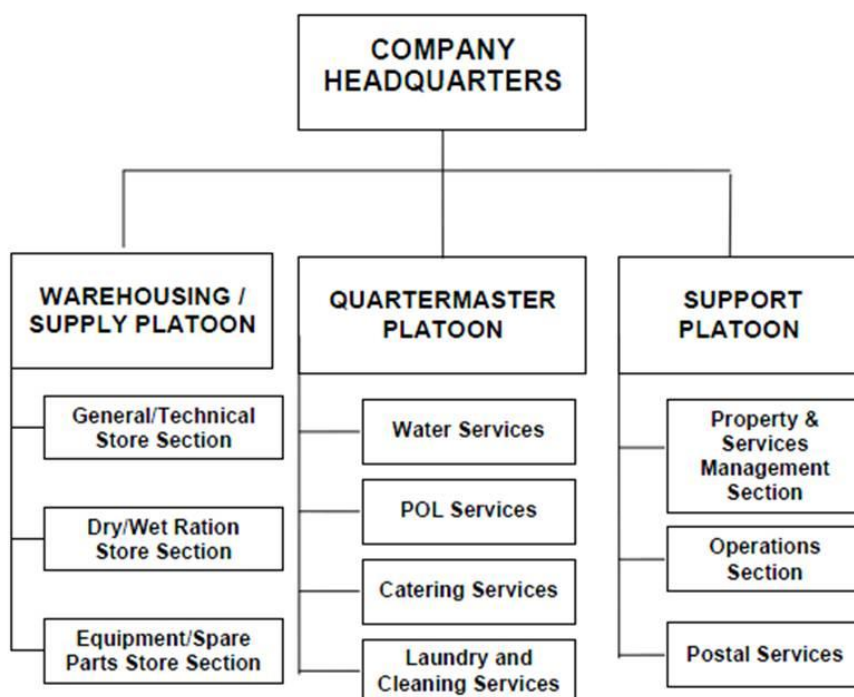


Figura nº 8 – Organização da Companhia de Reabastecimentos

Fonte: (DPKO, 2009, p. 117)

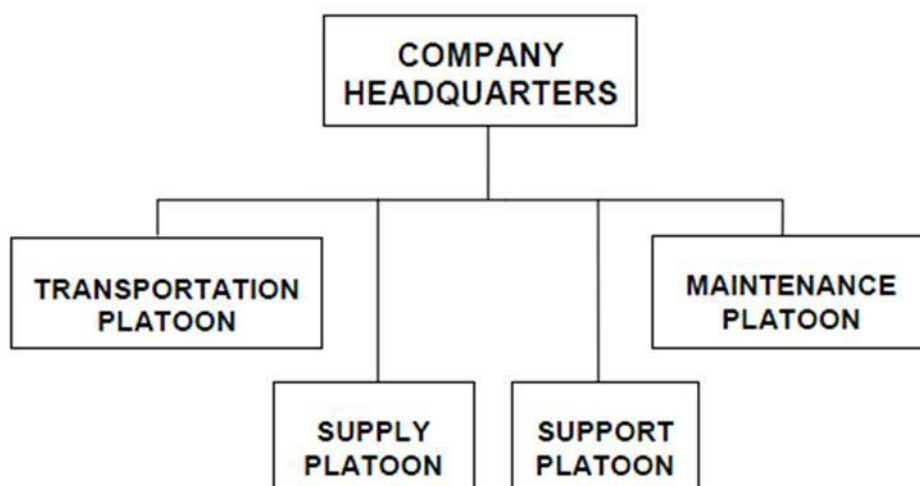


Figura nº 9 – Organização da Companhia Logística Independente

Fonte: (DPKO, 2009, p. 126)

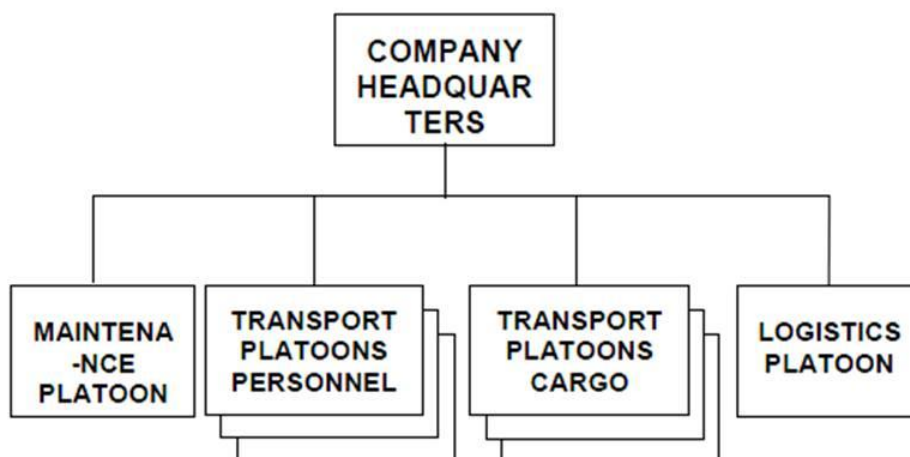


Figura nº 10 – Organização da Companhia de Transportes e Manutenção

Fonte: (DPKO, 2009, p. 133)

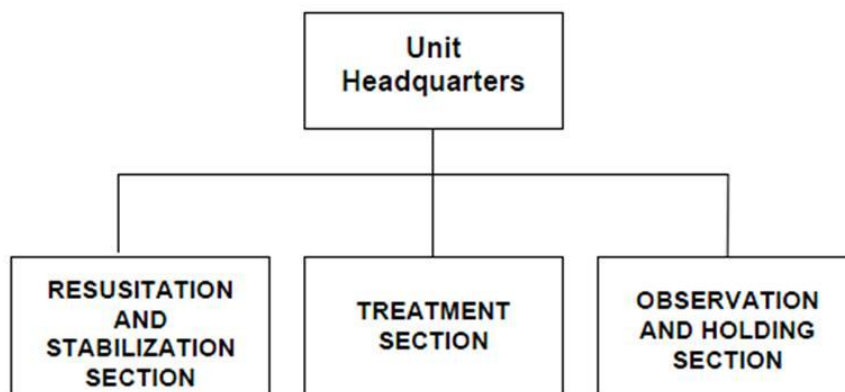


Figura nº 11 – Organização de Unidade Médica de Nível 1

Fonte: (DPKO, 2009, p. 48)

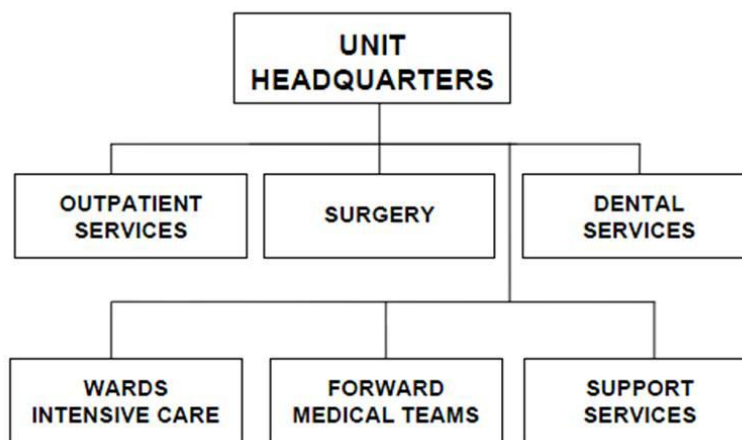


Figura nº 12 – Organização de Unidade Médica de Nível 2

Fonte: (DPKO, 2009, p. 53)

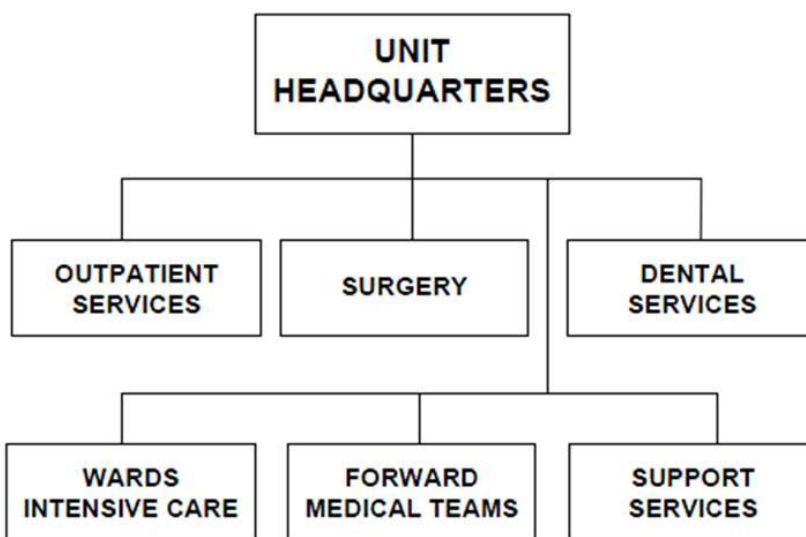


Figura nº 13 – Organização de Unidade Médica de Nível 3

Fonte: (DPKO, 2009, p. 59)

Espelhada a organização preconizada pela ONU para cada uma das unidades que o SF nacional pode empenhar em missões da ONU, cabe agora analisar o equipamento a que cada uma diz respeito e qual o ressarcimento respetivo, por unidade.

A listagem de todos os equipamentos encontra-se plasmada no Apêndice B e os números nela expressos são meramente indicativos, como indica o TOE. As quantidades exatas de cada equipamento dependem das especificidades das missões e das condições em que estas são conduzidas e são expressas no FR específico de cada unidade (DPKO, 2009).



Foi agregado nas mesmas listagens o valor do ressarcimento por equipamento principal de cada unidade de acordo com o COE manual.

Não havendo referência no COE manual ao ressarcimento e ao equipamento empenhado por um comando de Brigada em missões da ONU, assume-se que esse ressarcimento e equipamento serão alvos de análise e proposta em MOU a assinar aquando do emprego da força.

Para a ONU, como anteriormente referido, uma UEB de combate é constituída por três UEC de manobra e uma UEC de apoio. Contudo, e à semelhança do que se verifica noutros TO e em missões ao abrigo de outras alianças e parcerias, Portugal pode contribuir com parte da UEB, disponibilizando o comando da mesma, a UEC de Apoio e de uma a três UEC de manobra. Encarando esta possibilidade como real, a tabela 4 demonstra os valores associados a cada tipologia de UEB mediante a sua constituição. Para a obtenção dos valores expressos na tabela foram considerados os constantes no Apêndice B nos pontos 1, 2 e 3.

**Tabela nº 4 – Valores de ressarcimento de UEB de combate**

Fonte: (ONU, 2011)

	“ <i>Dry Lease</i> ”	“ <i>Wet Lease</i> ”
UEB a 3 UEC de manobra	5.860.705€	6.776.290 €
UEB a 2 UEC de manobra	4.465.670€	5.178.755€
UEB a 1 UEC de manobra	3.070.630€	3.581.220€

Uma outra modalidade de contribuição com unidades de combate é contribuição com UEC de manobra isoladas e, neste caso, os valores envolvidos no ressarcimento destas UEC seriam de 1.395.040€ em sistema de *dry lease* e de 1.597.540€ em sistema *wet lease*.

No que diz respeito a unidades de apoio de combate, a tipologia que surge no TOE são unidades de Engenharia mas numa vertente Apoio Geral de Engenharia e UEC de Polícia Militar. Tendo em conta que Portugal não possui capacidade no seu sistema de forças para manter uma UEB de Engenharia em TO, visto que o Comando desta UEB nacional não tem como missão ser empregue em FND, será considerado apenas o emprego de UEC de Engenharia nas três tipologias sugeridas: Construções Verticais, Construções Horizontais e Apoio de Engenharia. O ressarcimento referente a cada uma desta UEC em euros é, respetivamente, e por um período de seis meses, o que consta na tabela 5.



**Tabela nº 5 – Valores de ressarcimento de unidades de Apoio de Combate**

Fonte: (ONU, 2011)

	“ <i>Dry Lease</i> ”	“ <i>Wet Lease</i> ”
UEC Construções Verticais	1.687.100€	2.183.100€
UEC Construções Horizontais	1.479.670€	1.904.860 €
UEC Apoio de Engenharia	1.139.860 €	1.365.050€
UEC de Polícia Militar	699.630€	828.250 €

Como unidades de apoio de serviços, foram consideradas as UEC de Reabastecimento, Logística, Transporte e Manutenção e Unidades Médicas de nível 2 e 3 formadas com base nas unidades de apoio de serviços do SF. O ressarcimento de cada uma destas UEC é discriminado pela tabela 6 que ilustra o valor em euros para períodos de seis meses.

**Tabela nº 6 – Valores de ressarcimento de unidades de Apoio de Serviços**

Fonte: (ONU, 2011)

	“ <i>Dry Lease</i> ”	“ <i>Wet Lease</i> ”
UEC de Reabastecimento	1.070.380 €	1.275.395 €
UEC Logística	919.920€	1.127.700 €
UEC de Transportes e Manutenção	1.132.735€	1.466.920€
Unidade Médica de Nível 2	368.265€	427.725 €
Unidade Médica de Nível 3	815.980€	915.510 €

Como os números demonstram, o empenhamento de qualquer tipo de unidade nacional em missões da ONU obtém um ressarcimento maior caso esta contribuição seja feita no sistema de *wet lease*.

Estes valores encontrados são valores de referência genéricos pois, de acordo com o COE manual no seu capítulo 7, existem fatores de missão que podem acrescentar uma percentagem a este valor. Estes fatores visam compensar os países contribuintes devido às condições específicas do TO onde as suas unidades serão empregues.

Estes fatores são avaliados de acordo com o descrito no manual e envolve três análises distintas. A primeira, a das Condições do Ambiente Operacional, onde são tidos em consideração o tipo de terreno em que as unidades vão operar, as condições climáticas do TO e as condições das vias de comunicação existentes. A segunda, a análise da intensidade das operações, onde são observadas a dimensão da área de responsabilidade atribuída, a extensão das cadeias logísticas e as infraestruturas. A terceira e última, a análise da ação hostil na área de operações, onde são observadas as atividades criminais, possibilidade de ato hostil por parte de fações ou outros combatentes, a



existência de campos de minas e a possibilidade de ato hostil contra forças da ONU por parte de elementos não identificados. Nenhum destes fatores deverá exceder os cinco pontos percentuais, o que pode acrescer, em caso extremo, mais 15% aos valores apresentados anteriormente (ONU, 2011, pp. 135-148).



## 5. Análise Financeira

Neste capítulo será feita a análise dos dados demonstrados nos capítulos anteriores de modo a poder verificar-se qual a tipologia de forças do SF Português que, participando em missões sob a égide da ONU, tem maior vantagem financeira. Para melhor análise, os dados são coligidos na tabela 7.

**Tabela nº 7 – Análise Financeira**

Fonte: (ONU, 2011)

Forças TOE	Forças SF	Despesas (D)	Ressarcimento (R)		Análise (R-D)	
			<i>Dry Lease</i>	<i>Wet Lease</i>	<i>Dry Lease</i>	<i>Wet Lease</i>
Navios	Fragatas	2.000.000€/ mês	a)	a)		
UEB Manobra (3UEC manobra)	UEB pertencentes às 3 Brigadas	8.500.000€/ 6 meses	5.860.705€	6.776.290 €	-2.639.295€	-1.723.710€
UEC Manobra	UEC pertencentes às 3 Brigadas	2.000.000€/ 6 meses	1.395.040€	1.597.540 €	-604.960€	-402.460€
UEC Construções Verticais	CEng das Brigadas	2.000.000€/ 6 meses	1.687.100€	2.183.100€	-312.900€	183.100€
UEC Construções Horizontais	CEng das Brigadas	2.000.000€/ 6 meses	1.479.670€	1.904.860 €	-520.330€	-95.140€
UEC Apoio de Engenharia	Forças de Apoio Geral Grupo Equipas EOD	2.000.000€/ 6 meses	1.139.860 €	1.365.050€	-860.140€	-634.950€
UEC Polícia Militar	Forças de Apoio Geral	1.500.000€/ 6 mês	699.630€	828.250 €	-800.370€	-671.750€
UEC Reabastecimento		2.000.000€/ 6 meses	1.070.380 €	1.275.395 €	-929.620€	-724.605€
UEC Logística		2.000.000€/ 6 meses	919.920€	1.127.700 €	-1.080.080€	-872.300€
UEC Transporte e Manutenção		2.000.000€/ 6 meses	1.132.735€	1.466.920€	-867.265€	-533.080€
Unidade Médica Nível 2		b)	368.265€	427.725 €		
Unidade Médica Nível 3		b)	815.980€	915.510 €		
Aeronaves	P-3C	2.100.000€/mês/ 120 HV	a)	a)		
	F-16	5.000.000€/mês/ 320HV	a)	a)		
	C-130/ C-295	1.100.000€/mês/ 160HV	a)	a)		
	EH 101	b)	a)	a)		

a) Valor não apresentado por ser acordado em LOA entre Portugal e a ONU;

b) Valor não apresentado por esta tipologia de forças não ter sido empregue até aos dias de hoje em FND ou não ter sido possível determinar.





Como se pode verificar, os meios navais e aéreos não dispõem de um valor de ressarcimento pré-definido, carecendo do estabelecimento de uma LOA entre a ONU e Portugal onde ficam definidas todas as condições em que Portugal cede os seus meios e qual o ressarcimento que lhe será devido.

No que diz respeito à disponibilização de meios aéreos, a negociação implica considerar o número de HV para a duração da missão. Neste cálculo, e aquando da negociação da LOA, os valores a ter em conta por HV para Portugal são:

- Helicóptero EH101 – 6.102,95€;
- C-130 – 4.787€;
- C-295M – 2.273,58€;
- P-3C – 5.234,56€;
- F-16 – 5.046,81€ (Força Aérea, 2015).

As Unidades do Exército analisadas foram divididas em três tipologias: Unidades de Combate, Apoio de Combate e Apoio de Serviços. Por norma o emprego destas unidades é realizado por um período não inferior a seis meses, motivo pelo qual a análise das despesas e ressarcimentos destas unidades ter sido feita por tal período.

As Unidades de Combate analisadas são as UEB de manobra e respetivas UEC. A UEB constante no TOE, como unidade de manobra de excelência da ONU, contempla três UEC de manobra e uma UEC de Apoio. Esta unidade tem na sua constituição UEC de manobra a 152 militares, UEC de Apoio a 147 e o Comando e Estado-Maior da UEB a 70 militares.

De acordo com o SF, as UEB que Portugal dispõe para poder empregar em missões da ONU são: os 1º e 2º Batalhões de Infantaria e o Grupo de Autometralhadoras da Brigada de Intervenção, os 1º e 2º Batalhões de Infantaria Mecanizada e o Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada e os 1º e 2º Batalhões de Infantaria Paraquedista e o Batalhão de Comandos da Brigada de Reação Rápida. Estas unidades possuem nos seus Quadros Orgânicos (QO) as valências necessárias requeridas pela ONU para o emprego nas suas missões (EME, 2009a; EME, 2009b; EME, 2009c; EME, 2009d; EME, 2009e; EME, 2009f; EME, 2009g; EME, 2009h; EME, 2009i).

As Unidades de Apoio de Combate consideradas são as UEC de Engenharia. Portugal possui uma panóplia alargada de unidades de apoio de combate no SF, porém, são as unidades de Engenharia as únicas que encontram paralelismo com as unidades constantes no TOE. Apesar de ser contemplado uma UEB de Transmissões e uma UEB de



Engenharia no TOE e o SF dispor de um comando de UEB de cada uma destas tipologias, nos seus QO estas unidades são constituídas somente em caso de necessidade nacional ou para emprego em cooperação técnico-militar, ficando excluído o seu emprego em FND (EME, 2009o; EME, 2009p).

O TOE define três tipos de Unidades de Engenharia compatíveis com as Unidades de Engenharia nacionais. O SF não contempla unidades de constituição fixa semelhante às requeridas pelo TOE. Contudo, a tipologia de unidades de construções verticais e horizontais encontra-se nos quadros orgânicos das Unidades de Engenharia nacionais nas duas Companhias de Engenharia de Apoio Geral das Forças de Apoio Geral, cada uma com um Pelotão de cada tipologia. Neste caso, a constituição da Unidades de Engenharia a empregar em missões da ONU será forçosamente de constituição modular, reorganizando as unidades nacionais de modo a satisfazer as necessidades requeridas. As Companhias de Engenharia de cada uma das Brigadas do SF, apesar de primariamente vocacionadas para a Engenharia de Combate, poderão contribuir para estas unidades modulares com os seus Pelotões de Equipamento.

No que diz respeito à Companhia de Apoio de Engenharia constante no TOE, não existe esta tipologia de unidade no SF. A constituição desta UEC contempla seis Unidades de Escalão Pelotão (UEP): Transmissões, Desminagem, Apoio Médico de Nível 1, Transporte e Manutenção, Logística e “*Mine Awareness*”. Com recurso ao Grupo de Equipas EOD e às restantes cinco subunidades de Engenharia, é possível constituir as seis UEP, de modo a poderem desempenhar as funções necessárias para serem consideradas aptas para o emprego em missões da ONU (EME, 2013a; EME, 2009j; EME, 2009k; EME, 2009l; EME, 2013b; EME, 2013c).

As UEC de Polícia Militar constantes no TOE são as UEC com menor efetivo em termos de pessoal de todas as analisadas, 52 militares. Recorrendo ao SF, o país dispõe de duas UEC de Polícia Militar com 106 efetivos. Em termos de pessoal é possível concluir que as unidades nacionais têm efetivo suficiente para satisfazer as exigências da ONU nesta tipologia de forças. Todavia, não existe na orgânica das unidades nacionais secções de investigação, lacuna que poderá ser colmatada através de formação ou da inclusão nestas unidades de elementos da Polícia Judiciária Militar (PJM) (EME, 2009m; EME, 2009n). O recurso à PJM não se encontra previsto nem legislado, nem no seu Estatuto (Lei n°97-A/2009, de 3 de setembro), nem na sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n° 9/2012, de 18 de janeiro). A PJM encontra-se na dependência do MDN e, apesar de ser constituída por investigadores militares, não cabe ao EMGFA a decisão do seu emprego. Face às suas



valências, são a única entidade que, por ser constituída por membros das Forças Armadas, poderá desempenhar as funções de investigação criminal, carecendo do aval do MDN para o seu emprego em FND.

É nas Unidades de Apoio de Serviços que se encontra a maior diversidade de tipologia de unidades. Aqui serão consideradas as UEC de Polícia Militar, as UEC de Reabastecimento, Logística, Transporte e Manutenção e as Unidades Médicas de nível 2 e 3.

No que diz respeito às Unidades de Apoio de Serviços da área Logística, o TOE define três tipos de UEC: Reabastecimento, Logística Independente e Transportes e Manutenção. No SF existem três UEB de Apoio de Serviços, uma atribuída a cada uma das Brigadas e duas UEC que fazem parte das Forças de Apoio Geral, a Companhia de Reabastecimento e Serviços e a Companhia de Transportes.

A UEC de Reabastecimentos constante no TOE dispõe de três UEP: Reabastecimentos, Armazenamento e Apoio. Esta Unidade pode ser constituída recorrendo somente a Companhia de Reabastecimento e Serviços do SF. A UEC Logística Independente é constituída por quatro UEP: Transportes, Reabastecimento, Apoio e Manutenção. Esta tipologia de Unidade no SF encontra unidades similares nas UEC de Reabastecimento e Transportes das UEB de Apoio de Serviços das Brigadas nacionais.

A terceira UEC da área da logística é a UEC de Transportes e Manutenção, cuja constituição no TOE contempla quatro UEP: Manutenção, Transporte de Pessoal, Transporte de Carga e Logística. Para estabelecer paralelo com a Companhia de Transportes nacional será necessário acrescentar um módulo de manutenção que poderá ser oriundo das UEC de Manutenção das UEB de Apoio de Serviços das três Brigadas conforme se pode constatar através dos quadros orgânicos das unidades do SF referidas (EME, 2011a; EME, 2011b; EME, 2011c; EME, 2013d; EME, 2013e).

As Unidades Médicas de Nível 3 solicitadas pela ONU são, em termos de capacidades, muito semelhantes às capacidades das unidades médicas da NATO Role 2 *Enhanced* (NATO, 2006, pp. 1-11). A única exceção no que diz respeito às capacidades, é a capacidade de estomatologia que não está presente no Role 2 *Enhanced*.

O Agrupamento Sanitário, unidade nacional pertencente às Forças de Apoio Geral, tem como missão no seu QO “Garantir apoio sanitário até Role 2 *enhanced*...” (EME, 2015, p. 3). Pode concluir-se que tem os requisitos necessários para poder constituir, em subunidades modulares, quer as unidades de Nível 2, quer as Unidades de Nível 3



requeridas pela ONU<sup>28</sup>. Carece apenas que seja adicionada a capacidade de tratamento estomatológico, capacidade essa que é facilmente suprida através da adição de equipas do atual Hospital das Forças Armadas, que conta nos seus quadros com médicos dentistas e auxiliares. De referir que, para satisfazer este requisito de Nível 3, são necessários apenas dois médicos dentistas e dois auxiliares, e para o Nível 2 apenas um de cada.

Descritas que foram as unidades analisar-se-ão os valores constantes nas colunas da despesa, ressarcimento e análise financeira. Os valores constantes na coluna das despesas referentes a cada uma das unidades foram descritos no capítulo três e são valores aproximados tendo por base as Propostas de Plano Orçamental de 2014 dos Ramos a que as unidades pertencem.

No que concerne às Unidades Médicas de Nível 2 e 3 e às aeronaves EH-101, não é possível apresentar uma estimativa de despesa pois Portugal, até aos dias de hoje, ainda não empregou esta tipologia de unidades e aeronaves em FND. Em 1997 foi empregue um destacamento sanitário na missão da ONU em Moçambique mas não foi possível determinar o custo deste destacamento.

Os valores apresentados nas colunas de ressarcimento encontram-se devidamente explicados no capítulo anterior e demonstram qual o ressarcimento devido a cada tipologia de unidade de acordo com os seus equipamentos principais empregues. No entanto existem algumas ressalvas. Tal como referido anteriormente, as unidades navais que Portugal contempla empregar em FND são Fragatas e o seu ressarcimento é negociado entre a ONU e Portugal através de uma LOA.

Os valores calculados para as UEC de Construções Horizontais não contemplam o equipamento de asfaltagem nem de betonagem visto não estarem contemplados no manual do ressarcimento, o COE Manual. Será de deduzir que, tal como as restantes unidades que devido à sua especificidade, são ressarcidas através de uma LOA, assim este equipamento careça de um ressarcimento extra, situação esta que aumenta o valor do ressarcimento para as UEC de Construções Horizontais, tornando o seu emprego mais vantajoso ao nível financeiro.

As aeronaves, à semelhança do que acontece com as unidades navais, são alvo de uma LOA para o cálculo do seu ressarcimento, que terá sempre por base o preço e o número de HV acordadas para a missão em questão.

---

<sup>28</sup> Unidade médica de nível 3 tem as capacidades explanadas no TOE (DPKO, 2009, p. 57) e, quando comparadas com as capacidades do Role 2 *enhanced* da NATO (NATO, 2006, pp. 1-9/1-11) pode-se constatar que a diferença reside na ausência da capacidade estomatológica na estrutura NATO.



Os valores apresentados na coluna da análise financeira representam a despesa de sustentação que ficará ao encargo de Portugal. Considerando que a dimensão das UEC em análise em termos de efetivos tem variações desprezíveis, com exceção feita às UEC de Polícia Militar, pode concluir-se que, empregando qualquer unidade em sistema *wet lease*, são as UEC de Engenharia de Construções Verticais e Horizontais, respetivamente, que apresentam maiores vantagens financeiras, seguidas pela UEB de manobra que, apesar de o valor de encargo ser elevado, em termos de efetivos é quatro vezes e meia superior ao das UEC analisadas. As UEC que apresentam uma menor vantagem financeira são as UEC Logística Independente e de Reabastecimento, respetivamente.



## Conclusões

Finda a análise aos dados recolhidos para o presente trabalho, serão aqui resumidos os principais resultados da investigação explanados ao longo dos cinco capítulos, respondendo à PP e demonstrando os resultados dos objetivos específicos desta investigação.

A investigação do presente trabalho iniciou-se através da análise de fontes e documentos oficiais, de modo a ser possível obter uma resposta à PP “Qual a tipologia de Unidades constituídas a disponibilizar por Portugal no UNSAS traz maior retorno financeiro?”. De modo a dar resposta a esta pergunta o estudo foi orientado por quatro objetivos específicos.

No primeiro capítulo procedeu-se à caracterização do UNSAS. Analisou-se a sua origem, que remonta ao documento *An Agenda for Peace* de Boutros Boutros-Ghali, onde o ex-SG identificou a necessidade da ONU dispor de forças de elevado grau de treino e disponibilidade para poder reduzir o prazo de intervenção em áreas e situações de conflito e cumprir os principais objetivos da Organização, nomeadamente o de manter a paz no Mundo. Assim, em 2000, foi criada a primeira base de dados do UNSAS, onde os Estados-Membros podem disponibilizar forças mediante os diversos níveis do sistema.

Esta disponibilização não tem carácter vinculativo ou seja, caso a ONU necessite de constituir uma nova missão e consequentemente, necessite das forças que se encontram no UNSAS, terá sempre de recorrer ao Estado-Membro para confirmar a sua intenção quanto ao emprego dos meios por ele oferecidos.

Conclui-se assim que o UNSAS é uma base de dados de intenções que permite iniciar o planeamento de forças de uma nova missão. Todavia, carece sempre da aprovação dos Estados-Membros que, passam a ser designados por Nações contribuintes, caso confirmem o aval para o emprego das suas forças. Após a concordância das Nações contribuintes inicia-se todo o processo de certificação das forças e as negociações sobre as capacidades e os ressarcimentos devidos a estas pela ONU sob a forma de MOU e/ou LOA. É ainda importante referir que nas missões da ONU, é a Organização que assume os encargos com a projeção inicial e final das forças e meios a empregar nas suas missões. Considera-se que com este capítulo foi cumprido o primeiro objetivo específico de “caraterizar o UNSAS”.

Na prossecução do cumprimento do segundo objetivo específico, “caraterizar as unidades do SF passíveis de serem empregues em missões da ONU”, iniciou-se o segundo capítulo escalpelizando o atual SF nacional que data de 2014. Foram explanadas as



divisões do mesmo em Componentes, fixa e operacional, e a divisão das forças militares em três conjuntos: a FRI, as FPAS e o CMF. Após identificar as forças pelas divisões, foram apresentadas as MIFA que são da responsabilidade do conjunto de forças que pode ser empregue em missões da ONU, o CMF, sendo que a que concerne o trabalho é a M4.4 - Operações de paz no âmbito da ONU ou da CPLP.

Com a situação económica e financeira que o País atravessa, que motivou o pedido de ajuda externa em 2011, o poder político, através da “Defesa 2020”, iniciou um processo de reestruturação das Forças Armadas e, neste documento, definiu o nível de ambição tendo em consideração o quadro de empenhamento decorrente do CEDN. Este nível de ambição, em termos de forças militares, estabelece que o empenhamento máximo nacional para participação nos esforços de segurança cooperativa e defesa coletiva é de duas unidades navais tipo fragata, três UEB de combate, apoio de combate ou apoio de serviços, e no máximo comandar uma operação de escalão Brigada e três destacamentos aéreos de pequena dimensão ou um destacamento aéreo por período alargado.

O CEDN, por sua vez, define a prioridade de emprego destas forças no quadro das alianças e parcerias de que Portugal faz parte, sendo esta prioridade atribuída à NATO e à UE, não sendo a ONU referida. O capítulo termina com a análise do emprego atual de unidades no âmbito das alianças e parcerias nacionais, permitindo assim determinar qual a tipologia de unidades que o País pode disponibilizar para integrar missões sob a égide da ONU, sem ultrapassar o nível de ambição definido a nível político.

O terceiro capítulo apresenta a análise a documentos oficiais sobre despesas nacionais com as FND, com recurso aos Anuários Estatísticos de Defesa Nacional, com especial incidência nos três últimos. Foram analisados os empenhamentos de unidades dos três Ramos das Forças Armadas e, por comparação e extrapolação, determinou-se um valor médio de despesa com cada tipologia de unidade empregue. Em relação à Marinha, o emprego de Fragatas é algo comum nos últimos anos, o que facilitou o apurar do valor de despesa. No que diz respeito ao Exército e, apesar do empenhamento deste Ramo incluir várias tipologias de unidades, foi necessário fazer extrapolações para alcançar valores para as mesmas devido ao facto de as dimensões e os TO onde são empregues serem diferentes. Para a Força Aérea foi possível apurar através desta análise um valor médio para o empenhamento de destacamentos da aeronave P-3C e de F-16, visto terem sido empregues em FND nos anos em análise mas, foi necessário recorrer a dados mais antigos para poder determinar um valor de referência para as aeronaves C-130 e C-295.





Os valores estimados pela análise foram confirmados e/ou refinados através dos Planos de Proposta Orçamental para as FND de 2014 apresentados pelos Ramos, que foram cedidos pela Direção de Recursos do EMGFA. Foi assim possível alcançar o objetivo específico “identificar as despesas associadas ao emprego de unidades nacionais em FND”.

Para “caraterizar o processo de ressarcimento da ONU identificando os valores associados às unidades passíveis de serem empregues por Portugal” foi desenvolvido o quarto capítulo. Começou por ser identificado o sistema de ressarcimento que contempla duas modalidades, o *dry lease* e o *wet lease* e foi caraterizado o manual da ONU para o ressarcimento, o *COE Manual*. Este manual tem por base um processo de cálculo de um valor de mercado genérico e justo que considera o valor inicial do equipamento, os investimentos e melhoramentos feitos no mesmo e o desgaste que o equipamento sofreu até estar ao serviço da ONU. O cálculo do ressarcimento por equipamento é ainda baseado na estimativa de vida útil do equipamento dividido pelos meses de modo a obter um valor mensal.

Após esta clarificação foi analisado o *TOE Manual*, que foi criado com base nas unidades que foram empregues em missões da ONU entre os anos 90 e o início do milénio. Este manual tem 170 páginas e dedica 120 delas às unidades da componente terrestre, que constitui o capítulo II. Aqui foi possível identificar a organização e constituição de todas as unidades que a ONU necessita para as suas missões, bem como a missão genérica, as capacidades e as possíveis tarefas a desempenhar por cada uma.

Feito o paralelo entre as unidades contempladas no TOE e as unidades do SF nacional foi possível determinar um valor de referência para cada tipologia de unidade identificada em ambas as modalidades de ressarcimento. Foi também concluído que, para unidades navais e aéreas, o ressarcimento não é um processo tão simplificado como para as unidades terrestres. Para esta tipologia de unidades o ressarcimento é efetuado por LOA após a negociação da mesma entre a Nação Contribuinte e a ONU.

Concluída a recolha de dados, desenvolveu-se o quinto capítulo, o capítulo da análise financeira. Através do cruzamento dos dados das despesas nacionais com as unidades identificadas explanadas no terceiro capítulo e do ressarcimento que foi identificado no quarto capítulo, foi construída uma tabela que permite analisar o real valor da despesa com o emprego de cada tipologia de unidade, ou seja, qual o valor da sustentação de unidades em FND sob a égide da ONU que cabe aos cofres nacionais.





Como resposta à PP “Qual a tipologia de Unidades constituídas a disponibilizar por Portugal no UNSAS traz maior retorno financeiro?” pode afirmar-se que a tipologia de Unidade que traz maior vantagem financeira ao País é o emprego de UEC de Construções Verticais e Horizontais, seguida de UEB de Manobra. No lado oposto encontram-se as UEC Logística e de Reabastecimento.

Este trabalho vem assim elucidar os custos inerentes ao emprego de unidades nacionais em FND e a possibilidade de haver um retorno financeiro mais vantajoso para o país, no caso da decisão de emprego sob a égide da ONU. A impossibilidade de determinar a despesa de algumas unidades (Unidades Médicas e destacamentos de EH-101) e a impossibilidade de estimar o ressarcimento de outras (Unidades Navais, Unidades Médicas e Destacamentos Aéreos), é uma limitação às conclusões deste trabalho.

Este trabalho procurou analisar o maior número de unidades possíveis de modo a poder servir de orientação para estudos de emprego futuro em missões da ONU, visto o empenhamento de unidades ao abrigo das alianças e parcerias nacionais não ser estanque e, tendo sempre em conta o nível de ambição definido, a variação das possibilidades de emprego alterará ao longo do tempo.

Na análise foi identificada a lacuna de investigadores militares nas unidades de Polícia Militar. Visto haver um vazio na legislação sobre a possibilidade de emprego de investigadores da PJM em missões internacionais, propõe-se que este vazio seja colmatado com uma proposta no sentido de estes investigadores poderem ser empregues em missões, sempre que a tipologia de unidades requeira as suas competências.

Este trabalho académico procurou apresentar as vantagens financeiras no emprego de unidades nacionais em missões da ONU. De modo a que esta investigação possa ser um contributo para futuras decisões sobre emprego de unidades em missões da ONU, propõe-se que, por Ramos, seja feita uma análise aprofundada das despesas com as FND e com os meios disponibilizados a cada uma, de modo a poder aproximar ainda mais os valores aqui apresentados do real.



## **Bibliografia**

- Boutros-Ghali, B., 1992. *An Agenda for Peace*, New York: UN.
- Branco, C. M., 2009. *A participação de Portugal em Operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. [Online]  
Disponível em: <http://eces.revues.org/365>  
[Acedido em 31 março 2015].
- Carter, A. B., Perry, W. J. & Steinbruner, J. D., 1992. *A new concept of cooperative security*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- CCEM, 2014. *Sistema de Forças SF 2014*. Lisboa: MDN.
- CID, 2013. *PDE 4-00 Logística*. Évora: s.n.
- Conselho de Ministros, 2013. Resolução do Conselho de Ministros 26 de 2013. *Diário da República, 1ª Série nº77*, 19 abril, p. 2286.
- Conselho de Ministros, 2011. *Programa do XIX Governo Constitucional*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Department of the Defense, 2010. *JP 1-02 Dictionary of Militar and Associated Terms*. s.l.:DOD.
- DPKO, 2009. *Stand-by Arrangements in the Service of Peace - Tables of Organization and Equipment*. Nava York: UN.
- DPKO, 2003. *United Nations Stand-by Arrangements System Military Handbook*. New York: United Nations.
- Durch, W. J., Holt, V. K., Earle, C. R. & Shanahan, M. K., 2003. *The Brahimi Report and the Future of UN Peace Operations*, Washington, DC: The Henry L. Stimson Center.
- EME, 2015. *AgrSan Quadro Orgânico nº 24.0.66*. Lisboa: EME.
- EME, 2013a. *1 CEng A/G Quadro Orgânico nº 24.0.50*. Lisboa: EME.
- EME, 2013b. *CEngCombLig Quadro Orgânico nº 2.0.68*. Lisboa: EME.
- EME, 2013c. *GrEqEOD Quadro Orgânico nº 24.0.54*. Lisboa: EME.
- EME, 2013d. *CREabSvc Quadro Orgânico nº 08.06.71*. Lisboa: EME.
- EME, 2013e. *CTranspt Quadro Orgânico nº 08.06.72*. Lisboa: EME.
- EME, 2011a. *Brig Int BApSvc Quadro Orgânico nº 08.02.19*. Lisboa: EME.
- EME, 2011b. *BrigMec BApSvc Quadro Orgânico nº 08.01.19*. Lisboa: EME.
- EME, 2011c. *BrigRR BApSvc Quadro Orgânico nº 08.03.22*. Lisboa: EME.
- EME, 2009a. *1º BI Quadro Orgânico nº 24.0.11*. Lisboa: EME.
- EME, 2009b. *2ºBI Quadro Orgânico nº 24.0.12*. Lisboa: EME.
- EME, 2009c. *GAM Quadro Orgânico nº 24.0.13*. Lisboa: EME.



- EME, 2009d. *1º BIMec Quadro Orgânico nº 24.0.01*. Lisboa: EME.
- EME, 2009e. *2º BIMec Quadro Orgânico nº 24.0.02*. Lisboa: EME.
- EME, 2009f. *GCC Quadro Orgânico nº 24.0.03*. Lisboa: EME.
- EME, 2009g. *1º BIPara Quadro Orgânico nº 24.0.21*. Lisboa: EME.
- EME, 2009h. *2º BIPara Quadro Orgânico nº 24.0.22*. Lisboa: EME.
- EME, 2009i. *BCmds Quadro Orgânico nº 24.0.23*. Lisboa: EME.
- EME, 2009j. *2 CEng A/G Quadro Orgânico nº 24.0.51*. Lisboa: EME.
- EME, 2009k. *BrigInt CEng Quadro Orgânico nº 24.0.16*. Lisboa: EME.
- EME, 2009l. *BrigMec CEng Quadro Orgânico nº 24.0.06*. Lisboa: EME.
- EME, 2009m. *1º Esq PE Quadro Orgânico nº 24.0.56*. Lisboa: EME.
- EME, 2009n. *2º Esq PE Quadro Orgânico nº 24.0.57*. Lisboa: EME.
- EME, 2009o. *Cmd BTm Quadro Orgânico nº 24.0.72*. Lisboa: EME.
- EME, 2009p. *Cmd BEng Quadro Orgânico nº 24.0.71*. Lisboa: EME.
- EMGFA, 2015. *Participação Militar em Missões Nacionais de Interesse Público e Missões no Estrangeiro*. [Online]  
Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/partnac/>  
[Acedido em 21 abril 2015].
- Exército Português, 2005. *Regulamento de Campanha Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Força Aérea, 2015. *Preço da Hora de Voo 2015*. Amadora: EMFA.
- General Assembly, 1993. *United Nations*. [Online]  
Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r042.htm>  
[Acedido em 17 fevereiro 2015].
- Gomes, F. M., 2009. A Marinha e a sua Participação nas Missões Internacionais da NATO.  
In: *Nação e Defesa*. Lisboa: IDN, pp. 51-62.
- Governo de Portugal, 2013. Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República, 1ª série*, 5 abril.
- Johansen, H., 2013. *UN Force Link*. [Online]  
Disponível em:  
<https://cc.unlb.org/UNSAS%20Training%20Documents/UNSAS%20training%20presentation%20Feb%202013.pdf>
- Marinha Portuguesa, 2015. *Portal da Marinha*. [Online]  
Disponível em: <http://www.marinha.pt/pt-pt/meios->



[operacoes/armada/navios/fragatas/Paginas/Fragatas.aspx](http://operacoes/armada/navios/fragatas/Paginas/Fragatas.aspx)

[Acedido em 27 fevereiro 2015].

MDN, 2014. Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar. *Diário da República - 2ª Série, nº175*, 11 setembro, p. 23656.

MDN, 2013. *IDN*. [Online]

Disponível em:

<http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=008&cod=03072013x2#sthash.sNsJbfVe.dpb>

s

MDN, 2012. *Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2012*, Lisboa: MDN.

MDN, 2011. *Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2011*, Lisboa: MDN.

MDN, 2010. *Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2010*. Lisboa: MDN.

MDN, 2007. *Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2007*, Lisboa: MDN.

MDN, 2006. *Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2006*, Lisboa: MDN.

Mihalka, M., 2006. *Cooperative Security: Background, requirements and prospects*.

[Online]

Disponível em: <http://www.zmne.hu/dokisk/hadtud/mihalka.pdf>

[Acedido em 27 março 2015].

NATO, 2006. *AJP-4.10(A) Allied Joint Medical Support Doctrine*. s.l.:NATO.

ONU, 2015. *History of the United Nations*. [Online]

Disponível em: <http://www.un.org/en/aboutun/history/>

[Acedido em 17 abril 2015].

ONU, 2014a. *UN*. [Online]

Disponível em: <http://www.un.org/en/aboutum/>

[Acedido em novembro 2014].

ONU, 2014b. *United Nations*. [Online]

Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/current.shtml>

[Acedido em outubro 2014].

ONU, 2013a. *UN Force Link*. [Online]

Disponível em:

<https://cc.unlb.org/UNSAS%20Training%20Documents/Force%20Generation%20Documents/1.%20Force%20GenerationProcess.doc>

[Acedido em 20 fevereiro 2015].

ONU, 2013b. *UN Force Link*. [Online]

Disponível em:



<https://cc.unlb.org/UNSAS%20Training%20Documents/UNSAS%20training%20presentation%20Feb%202013.pdf>

[Acedido em 20 fevereiro 2015].

ONU, 2012. *Treaty Handbook*. Revised Edition ed. New York: United Nations.

ONU, 2011. *COE Manual*. Nova York: UN.

ONU, 2010. *UN News & Media*. [Online]

Disponível em:

<http://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?id=440/440935&key=1620&query=peacekeepers&so=0&sf=date>

[Acedido em out 2014].

ONU, 2000. *UN Conferences, Meetings and Events*. [Online]

Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/55/305](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305)

[Acedido em 19 fevereiro 2015].

Santos, L. A. B. d. et al., 2014. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.

UE, s.d. *Europa Glossary*. [Online]

Disponível em:

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/glossary/collective\\_defence\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/collective_defence_en.htm)

[Acedido em 25 junho 2015].

Vaz, C., 2015. *O UNSAS e as suas características* [Entrevista] (19 fevereiro 2015).



## Anexo A – Plano de Proposta de Orçamento de FND para 2014

### 1. Plano de Proposta de Orçamento da Marinha

#### PPO FND 2014 - MARINHA

MISSÕES	UNIDADES EMPENHADAS	PERÍODO	FABES					TOTALS	OBSERVAÇÕES
			APORTAMENTO	PROJEÇÃO	SUSTENTAÇÃO	RENDIÇÃO	RETRACÇÃO		
ISAF	9 militares	365 dias			258.463,00			258.463,00	
OOS Mod 1	1 FFGH (+ Hel)	3 meses (+1m trânsito)	3.395.740,00		5.391.697,00			8.867.437,00	
OOS Mod 2	1 FFGH (+ Hel)	2 meses (+1m trânsito)	3.104.740,00		4.124.266,00			7.289.006,00	
OOS Mod 3	1 FFGH (+ Hel)	4 meses (+1m trânsito)	3.685.740,00		6.659.129,00			10.444.869,00	
OAE Mod 1	1 SSG	2 semanas (+2 semanas trânsito)	216.583,00		300.399,00			531.982,00	
OAE Mod 2	1 SSG	2 semanas (+3 semanas trânsito)	299.916,00		355.614,00			671.530,00	
NRF-IRF	Certificação 1 FFGH	47 dias			1.345.240,00			1.375.240,00	
Atalanta	AVPD 17 militares + LNO OHQ	4 meses	9.805,00		535.503,00			724.108,00	
EUTM-Mail	2 Sarg	150 dias	1.260,00		23.464,00			24.744,00	
EUABG	1 FFZ Coy + 1 Oficial FHQ (Espanha)	Exercício BG 2 semanas	45.200,00		359.202,00			549.402,00	
Golfo Guiné Mod 1	1 FFGH (Sup. Missão)	1 mês (+ trânsito)	2.813.740,00		2.702.904,00			5.556.644,00	
	1 FFGH (Sup. Embarque)	1 mês (+ trânsito)	2.813.740,00		2.083.905,00			4.937.645,00	
Golfo Guiné Mod 2	1 FFGH (Sup. Missão)	2 meses (+ trânsito)	3.104.740,00		3.970.335,00			7.135.075,00	
	1 FFGH (Sup. Embarque)	2 meses (+ trânsito)	3.104.740,00		3.054.863,00			6.219.603,00	
Golfo Guiné Mod 3	1 FFGH (Sup. Missão)	3 meses (+ trânsito)	3.395.740,00		5.237.797,00			8.713.507,00	
	1 FFGH (Sup. Embarque)	3 meses (+ trânsito)	3.395.740,00		4.025.695,00			7.591.435,00	
EUOMARFOR Mod 1	1 FFGH + Destacamento MW (20 militares)	2 semanas (25 dias)	516.000,00		576.827,00			1.107.827,00	
EUOMARFOR Mod 2	1 FS + Destacamento MW (20 militares)	2 semanas (25 dias)	107.430,00		267.411,00			387.341,00	
EUOMARFOR Mod 3	1 FFGH (+ Hel)	2 semanas	516.000,00		486.570,00			1.027.570,00	
TOTAL Geral (1): ISAF/ OOS Mod 1/ OAE Mod 1/ NRF-IRF/ ATALANTA/ EUTM-Mail/ EUABG/ Golfo Guiné Mod 1/ EUOMARFOR Mod 1									18.985.847,00
TOTAL Geral (2): ISAF/ OOS Mod 2/ OAE Mod 2/ NRF-IRF/ ATALANTA/ EUTM-Mail/ EUABG/ Golfo Guiné Mod 2/ EUOMARFOR Mod 2									18.414.909,00
TOTAL Geral (3): ISAF/ OOS Mod 3/ OAE Mod 3/ NRF-IRF/ ATALANTA/ EUTM-Mail/ EUABG/ Golfo Guiné Mod 3/ EUOMARFOR Mod 3									23.769.433,00





## PROPOSTA ORÇAMENTAL MHP/FND/NRF - 2014 (A R 1/KFOR)

anexo A (Mapas anexos de acordo com a Diretiva nº 12/CEMGFA/11) à nota nº de GabCEME de 2013



### 3. Plano de Proposta de Orçamento da Força Aérea

PPO FND 2014 - FORÇA AÉREA

MISSÕES	UNIDADES EMPENHADAS	PERÍODO	FASES					RETRACÇÃO	Acquis MM e OSND	TOTAIS	OBSERVAÇÕES
			APONTAMENTO	PROJEÇÃO	SUSTENTAÇÃO	RENDIÇÃO					
ISAF	Formadores	12 MESES			485.491,00					485.491,00	
	C-130: 2 voos (267.820€/voo)	1 por semestre			535.940,00					535.940,00	
										1.021.131,00	
Active Endeavour	P-3C: 96HV / 1 voo 8HV/Mês	12 meses	54.975,00		1.121.712,00					1.176.687,00	
Atalanta Mod 1	P-3C: 480HV em operação	4 Meses	174.346,00	909.736,00	8.109.903,00	632.007,00	909.736,00			10.735.728,00	
Atalanta Mod 2	P-3C: 360HV em operação	3 Meses	174.346,00	909.736,00	6.207.076,00	320.303,00	909.736,00			8.521.199,00	
Atalanta Mod 3	P-3C: 600HV em operação	5 Meses	174.346,00	909.736,00	10.012.729,00	943.710,00	909.736,00			12.950.257,00	
NRF-IRF Certificação P-3C	Certificação P-3C	50 HV OUT 2014	110.296,00	120.909,00	492.634,00		120.909,00			804.748,00	
KFOR Vooos sustentação	C-130: 2 voos (112.031€/voo)	1 por semestre			224.062,00					224.062,00	
Baltic Air Policing	F-16M: 320 HV	SET - OUT 2014	175.777,00	472.461,00	4.929.479,00	340.609,00	472.461,00			6.350.847,00	
EUTM-Mali	1 Of. Sup. DUB	12 meses	10.409,00		34.870,00					45.279,00	
Golfo Guiné Mod 1	P-3C 120 HV	1 mês	159.161,00	163.977,00	2.086.115,00		163.977,00			2.623.230,00	
Golfo Guiné Mod 2	P-3C 240 HV	2 meses	159.161,00	163.977,00	4.042.226,00		163.977,00			4.569.344,00	
Golfo Guiné Mod 3	P-3C 360 HV	3 meses	159.161,00	163.977,00	5.988.344,00	107.523,00	163.977,00			6.622.982,00	
Versão 1: ISAF (Formadores + 2 voos sustentação) // Active Endeavour // Atalanta Mod 1 // EUTM-Mali // NRF-IRF // KFOR // Golfo Guiné Mod 1											23.021.712,00
Versão 2: ISAF (Formadores + 2 voos sustentação) // Active Endeavour // Atalanta Mod 2 // EUTM-Mali // NRF-IRF // KFOR // Golfo Guiné Mod 2											22.753.297,00





## **Apêndice A – Entrevista ao Major Carlos Vaz do Exército Brasileiro a Prestar Serviço no DPKO**

Entrevista efetuada através de troca de correio eletrónico no dia 19 de fevereiro de 2015.

### **Questões**

1 - Até 2000 quantas missões se socorreram do UNSAS para a geração de forças?

2 - Quais as alterações introduzidas no sistema de geração de forças após o Brahimi Report?

3 - De acordo com documentos disponíveis na net a maior necessidade do UNSAS situa-se ao nível de Unidades Logísticas mas não especifica o tipo. É possível especificar?

4 - Quais as missões após 2000 têm utilizado o UNSAS na geração de forças?

5 - Existem missões para as quais as nações se voluntariam e ofereçam parte das necessidades da geração de forças, ficando para o UNSAS o complemento do contingente?

6 - Existe algum tipo de pré-definição por afinidade para a seleção das forças na altura da Geração de forças para missão? (tipo países do mesmo continente têm preferência por outros, ou antigos colonizadores têm preferência ou não sobre outros?)

### **Respostas**

Primeiramente, é importante que você entenda que o UNSAS é APENAS um banco de dados. Ele tem muitas limitações e, neste momento, há um estudo em andamento sobre como aperfeiçoar o sistema. Basicamente, os estados-membros (que passam a ser chamados de TCCs quando passam a contribuir com tropas ou indivíduos para missões de paz), jamais irão abrir mão sobre a soberania quanto ao emprego dos seus militares. Isso quer dizer que, independentemente de terem "pledges" de militares/unidades registrados no UNSAS, a decisão sobre a cessão dos militares dependerá sempre de uma análise caso a caso.

Assim, cada vez que há necessidade de geração de unidades ou de indivíduos (staff officers, observadores, liaison officers, military advisers, ...) para alguma missão específica, a consulta ao banco de dados do UNSAS é apenas o passo inicial. Paralelamente, há uma consulta aos órgãos políticos da ONU, à própria missão no terreno, aos organismos regionais da área da missões (União Africana, IGAD, ...) para verificar quais TCCs são indicados ou contraindicados para que sejam convidados a enviar suas tropas. É muito importante lembrar que, diferentemente da NATO, a ONU não é uma aliança militar, mas sim uma organização política.

Da mesma forma, e aí vai a resposta à uma de suas perguntas, os TCC não são obrigados a desdobrar seus meios em nenhuma missão específica, independentemente do nível em que estejam no UNSAS (níveis 1, 2, 3 ou RDL). Cada vez que recebem um convite, eles analisam detalhadamente os riscos envolvidos, a área da missão, os outros TCCs envolvidos, o tempo solicitado para o deployment, as restrições políticas internas, a agenda de política externa do país, ....

Vejamos, por exemplo, o caso do Brasil. O País tem algumas unidades oferecidas ("pledged") no UNSAS, mas analisa cuidadosamente cada solicitação da ONU, e, nos



últimos tempos, não tem sido favorável ao desdobramento de tropas, além das já desdobradas na MINUSTAH. Isso é uma decisão soberana do País e a ONU não questiona. Ademais, assim como em muitos outros países, o envio de unidades constituídas para missões de paz depende de aprovação do Congresso Nacional, o que complica e retarda o processo.

Quanto às necessidades por tipos específicos de unidades, isso varia com o tempo. De forma geral, temos conseguido com certa facilidade batalhões de infantaria e as dificuldades têm sido entre os chamados "enablers" (aviação, hospitais, unidades de comando e controle e, mais recentemente, signal intelligence, ...). A razão disso é óbvia. Praticamente qualquer país que tenha Forças Armadas minimamente organizadas possui infantaria, além de este tipo de unidade não demandar pessoal nem equipamento muito especializados. Por outro lado, poucos países possuem "enablers" em condições de serem oferecidos. De qualquer forma, o militar que cuida do UNSAS prepara mensalmente um planilha para uso interno chamada de "gap list", onde são listadas as carências atuais.

Pelo que acabo de escrever, acredito que, para os países que tenham Forças Armadas bem estruturadas, como é o caso de Portugal, o caminho para o incremento das contribuições para PKO seja por meio das unidades "enablers" e de pessoal altamente especializado (especialistas em inteligência, operadores de UAVs (aeronaves não-tripuladas), células de treinamento, ...). Os países membros da NATO e os países europeus em geral já têm contribuído bastante neste sentido. Cabe ressaltar também a participação dos países mais desenvolvidos em iniciativas de treinamento e de fornecimento de equipamento para os TCCs menos desenvolvidos. Este também é um vasto campo a ser explorado, já que atualmente temos muitos TCCs novos (particularmente africanos, que têm cedido tropas para missões como a MINUSCA, MINUSMA, ...), muito carentes em treinamento e em material.

Como sua pesquisa é sobre o UNSAS, como eu lhe disse antes, uma das principais missões do nosso militar que cuida do UNSAS é assessorar as Missões Permanentes dos estados-membros em NY sobre a operação do sistema e sobre as contribuições de indivíduos e tropas para missões da ONU. Assim, caso você queira aprofundar sua pesquisa, e conseguir informações mais específicas sobre Portugal, sugiro que você faça contato com o Coronel que ocupa o cargo de Military Adviser na Missão Permanente de Portugal junto à ONU, pois ele pode fazer uma visita ao nosso representante e obter informações específicas, que normalmente só são repassadas ao país interessado. O atual responsável pelo UNSAS é o Ten Cel Sheikh Sarwar Hossain (Bangladesh), que já está há um bom tempo na função e pode passar informações mais detalhadas a pedido dos Military Advisers.



## Apêndice B – Listagem de Equipamentos por Unidades de acordo com o TOE e respetivo ressarcimento de acordo com o COE manual

### 1. Listagem do equipamento do Estado-Maior de uma UEB

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
<b>SUPPORT VEHICLES</b>			
Jeep (4x4) with military radio	4	\$1.416,00	\$5.156,00
Truck utility/cargo (1.5 to 2.4 tons)	8	\$3.304,00	\$10.536,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	4	\$2.628,00	\$6.328,00
<b>ARMAMENTS</b>			
Pistols	10		
Rifles	50		
Machine Guns (up to 10 mm, SMG/LMG)	11	\$396,00	\$473,00
<b>COMMUNICATIONS</b>			
HF (up to 200 Km)	2	\$894,00	\$1.028,00
VHF (up to 35 Km)	10	\$4.350,00	\$5.830,00
Air Band radios*	2	\$1.084,00	\$1.150,00
Marine Band radios*	2	\$490,00	\$550,00
Satellite Phones*	2	\$340,00	\$388,00
Telephones Exchange PABX (1 – 100 lines)**	1	\$486,00	\$534,00
<b>TRAILERS</b>			
Trailer water (2,000-7,000 liters)	2	\$242,00	\$760,00
Trailer fuel (2,000-7,000 liters)	1	\$232,00	\$676,00
Trailer light cargo	4	\$192,00	\$392,00
Trailer medium cargo	4	\$364,00	\$612,00
<b>ELECTRICAL</b>			
Power Generator Set (51 KVA to 75 KVA)	2	\$1.040,00	\$1.442,00
<b>OBSERVATION***</b>			
Night Vision Devices	16	\$2.352,00	\$2.688,00
Binoculars	16	\$1.248,00	\$1.424,00
Global Positioning System/Laser Rangefinders	6		
<b>RIOT CONTROL EQUIPMENT</b>			
Public Address System (set)	1	\$11,00	\$35,00
Portable Loudspeakers	7	\$14,00	\$49,00
Signal Pistols	16	\$80,00	\$96,00
Gate Control Equipment set (handheld metal detectors, spike belts, search batons, prodders, vehicle under carrier inspection mirrors, etc.)	1		
<b>PERSONNEL</b>			
Contingent Member Costs	71	\$72.998,00	
Clothing, Gear and Equipment	71	\$4.828,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	71	\$355,00	
Specialists Allowance	71	\$2.151,30	
<b>TOTAL</b>		<b>\$101.485,30</b>	<b>\$120.469,30</b>

\* When required by UN Headquarters. Satellite Phones may not be reimbursable, depending on the operational requirement.

\*\* Telephone System will be shared with Support Company HQS and its platoons.



\*\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 11-12).

## 2. Equipamento de uma UEC motorizada

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
<b>SUPPORT VEHICLES</b>			
Jeep (4x4) with military radio	2	\$708,00	\$2.578,00
Jeep (4x4) mounted with weapon (combination of HMGs and RR/RLs)	3	\$1.062,00	\$3.867,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	12	\$4.956,00	\$15.804,00
Truck utility/cargo (2.5 tons to 5 tons)	3	\$1.971,00	\$4.746,00
Truck recovery (up to 5 tons)	1	\$770,00	\$2.289,00
Truck maintenance medium	1	\$770,00	\$1.483,00
Truck refrigerator (under 20 foot)	1	\$646,00	\$796,00
Truck water (under 10,000 liters)	1	\$855,00	\$1.868,00
Truck tanker (up to 10,000 liters)	1	\$1.162,00	\$1.926,00
<b>ARMAMENTS</b>			
Pistols	10		
Rifles	96		
Machine Guns (up to 10 mm, SMG/LMG)	46	\$1.656,00	\$1.978,00
Machine Guns (11-15 mm, crew served)	2	\$118,00	\$136,00
Mortars (up to 60 mm)	3	\$27,00	\$39,00
Mortars (61-82 mm)	2	\$94,00	\$112,00
Grenade Launchers	9	\$54,00	\$144,00
Portable Rocket Launchers / Recoilless Rifles	9	\$567,00	\$747,00
Mounted Rocket Launchers / Recoilless Rifles	1	\$63,00	\$83,00
<b>COMMUNICATIONS</b>			
HF (up to 200 Km)*	1	\$447,00	\$514,00
VHF (up to 35 Km)	14	\$6.090,00	\$8.162,00
Air Band radios*	1	\$542,00	\$575,00
Marine Band radios*	1	\$245,00	\$275,00
Satellite Phones*	1	\$170,00	\$194,00
Telephones Exchange PABX (1 – 100 lines)	1	\$486,00	\$534,00
<b>TRAILERS</b>			
Trailer cargo medium	1	\$91,00	\$153,00
Trailer light cargo single axle	6	\$288,00	\$588,00
Trailer water (2,000 – 7,000 liters)	3	\$363,00	\$1.140,00
Trailer fuel (2,000 – 7,000 liters)	3	\$696,00	\$2.028,00
<b>ENGINEERING EQUIPMENT</b>			
Water Treatment plant (ROWPU or equivalent), equipment, tanks, bladders, over 2,000 lph, storage up to 5,000 liters	1	\$756,00	\$2.142,00
<b>ELECTRICAL</b>			
Power Generator Set (31-40 KVA)	2	\$648,00	\$1.012,00
Power Generator Set (51-75 KVA)	2	\$1.040,00	\$1.442,00
<b>OBSERVATION**</b>			
Night Vision Devices	17	\$2.499,00	\$2.856,00
Binoculars	22	\$1.716,00	\$1.958,00



Global Positioning System/Laser Rangefinders	15		
RIOT CONTROL EQUIPMENT			
Public Address System (set)	1	\$11,00	\$35,00
Riot Control Gear Set (shield, batons, helmet with visor, body protection (elbow, knee and shoulder) and gas mask)	50	\$51.800,00	\$58.150,00
Gate Control Equipment set (handheld metal detectors, spike belts, search batons, prodders, vehicle under carrier inspection mirrors, etc.)	1		
Loudspeakers	4	\$8,00	\$28,00
Signal Pistols	8	\$40,00	\$48,00
Teargas Launcher	3	\$129,00	\$201,00
PERSONNEL			
Contingent Member Equipment	152	\$156.265,00	
Clothing, Gear and Equipment	152	\$10.336,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	152	\$760,00	
Specialists Allowance	152	\$4.605,60	
TOTAL		\$255.501,60	\$292.588,60

\*When required by UN headquarters or due to distance of deployment.

\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 18-19).

### 3. Equipamento de uma UEC de Apoio

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
SUPPORT VEHICLES			
Jeep (4x4) with military radio	2	\$708,00	\$2.578,00
Jeep (4x4) mounted with weapon	4	\$1.416,00	\$5.156,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	6	\$2.478,00	\$7.902,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	6	\$3.942,00	\$9.492,00
Truck tractor (up to 40 tons tow)	1	\$817,00	\$1.607,00
Truck recovery (greater than 5 tons)	1	\$2.034,00	\$3.852,00
Truck maintenance medium	1	\$770,00	\$1.483,00
Truck refrigerator (20 foot and over)	1	\$758,00	\$905,00
Truck water (10,000 liters and over)	3	\$2.571,00	\$5.739,00
Truck tanker (up to 10,000 liters)	2	\$2.324,00	\$3.852,00
Ambulances for one Level 1 Medical**	1	\$795,00	\$1.143,00
MATERIAL HANDLING EQUIPMENT			
Forklift rough terrain (up to 5 tons)	1	\$1.267,00	\$2.032,00
Forklift container	1	\$2.529,00	\$2.905,00
ARMAMENTS			
Pistols	15		
Rifles	111		
Machine Guns (up to 10 mm, SMG/LMG)	21	\$756,00	\$903,00
Machine Guns (11-15 mm, crew served)	3	\$177,00	\$204,00
Mortars (61-82 mm)	2	\$94,00	\$112,00
Portable Rocket Launchers / Recoilless Rifles	6	\$378,00	\$498,00
Mounted Rocket Launchers / Recoilless Rifles	4	\$252,00	\$332,00
COMMUNICATIONS			



HF (up to 200 Km)***	1	\$447,00	\$514,00
VHF (up to 35 Km)	11	\$4.785,00	\$6.413,00
Satellite Phones***	2	\$340,00	\$388,00
TRAILERS			
Trailer heavy cargo	3	\$495,00	\$1.500,00
Trailer heavy cargo (20 tons)	1	\$338,00	\$681,00
Trailer light cargo single axle	6	\$288,00	\$588,00
Trailer water (2,000 – 7,000 liters)	6	\$726,00	\$2.280,00
Trailer fuel (2,000-7,000 liters)	3	\$696,00	\$2.028,00
ENGINEERING EQUIPMENT			
Water treatment plant (ROWPU or equivalent), equipment, tanks, bladders, over 2,000 lph, storage up to 5,000 liters	2	\$1.512,00	\$4.284,00
ELECTRICAL			
Power Generator Set (31-40 KVA)	3	\$972,00	\$1.518,00
Power Generator Set (51-75 KVA)	3	\$1.560,00	\$2.163,00
MEDICAL			
Medical Support Equipment for Level 1 Medical facility ****	Level 1 Medical equipment	\$967,00	\$1.256,00
OBSERVATION*****			
Night Vision Devices	8	\$1.176,00	\$1.344,00
Binoculars	8	\$624,00	\$712,00
Global Positioning System/Laser Rangefinders	3		
RIOT CONTROL EQUIPMENT			
Public Address System (set)	1	\$11,00	\$35,00
Handheld metal detectors	5	\$45,00	\$60,00
Portable Loudspeakers	5	\$10,00	\$35,00
Signal Pistols	8	\$40,00	\$48,00
PERSONNEL			
Contingent Member Costs	147	\$151.116,00	
CLothing, Gear and Equipment	147	\$9.996,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	147	\$735,00	
Specialist Allowance	147	\$4.454,10	
TOTAL		\$205.399,10	\$242.843,10

\* Peculiar positions/ranks and Equipment for Signal, Engineer, Medical Support and Transport/Maintenance Platoons will be reflected in preceding chapters.

\*\* Exact number of Ambulances will be negotiable and well be agreed on with the TCC taking on consideration the force requirements.

\*\*\* When required by UN headquarters or due to distance of deployment.

\*\*\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 28-29).



#### 4. Equipamento de uma UEC de Construções Verticais

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
<b>SUPPORT VEHICLES</b>			
Jeep (4x4) with military radio	2	\$708,00	\$2.578,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	16	\$6.608,00	\$18.192,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	8	\$5.256,00	\$12.656,00
Truck maintenance medium	2	\$1.540,00	\$2.966,00
Truck recovery (greater than 5 tons)	2	\$4.068,00	\$7.704,00
Truck tractor (up to 40 tons tow)	2	\$1.634,00	\$3.214,00
Truck refrigerator (under 20 foot)	3	\$1.938,00	\$2.388,00
Truck water (10,000 liters and over)	4	\$3.428,00	\$7.652,00
Truck tanker (up to 10,000 liters)	3	\$3.486,00	\$5.778,00
<b>TRAILERS</b>			
Trailer heavy cargo	6	\$990,00	\$3.000,00
Trailer water (2,000 – 7,000 liters)	4	\$484,00	\$1.520,00
Trailer fuel (2,000 – 7,000 liters)	4	\$928,00	\$2.704,00
Trailer light cargo	7	\$336,00	\$686,00
Trailer Compressor and Pneumatic Tools 250 CFM	1	\$405,00	\$853,00
Low bed 20 to 40 tons	2	\$616,00	\$1.688,00
<b>MATERIAL HANDLING EQUIPMENT</b>			
Forklift, rough terrain (over 5 tons)	2	\$2.534,00	\$4.064,00
Forklift container	2	\$5.058,00	\$5.810,00
<b>ARMAMENTS</b>			
Pistols	20		
Rifles	182		
<b>COMMUNICATIONS</b>			
HF (up to 200 Km)*	1	\$447,00	\$514,00
VHF (up to 35 Km)	7	\$3.045,00	\$4.081,00
Air Band radios*	1	\$542,00	\$575,00
Satellite Phones*	1	\$170,00	\$194,00
Telephones Exchange PABX (1 – 100 lines)*	1	\$486,00	\$534,00
<b>ELECTRICAL</b>			
Generators (20-30 KVA)	3	\$921,00	\$1.341,00
Generators (76-100 KVA)	2	\$1.106,00	\$1.540,00
Generators (101-150 KVA)	1	\$610,00	\$897,00
<b>ENGINEERING VEHICLES</b>			
Bulldozer light (D4/D5) **	2/1**	\$744,00	\$2.808,00
Bulldozer medium (D6/D7) **	1/2**	\$854,00	\$2.472,00
Excavator (up to 1 cubic meter)	2	\$1.164,00	\$3.522,00
Excavator (above 1 cubic meter)	1	\$1.423,00	\$2.985,00
Small Emplacement Excavator multipurpose	2		
Front End Loader heavy (2-4 cubic meters)	3	\$3.003,00	\$8.247,00
Grader general purpose	2	\$1.258,00	\$4.608,00
Roller, self propelled/vibrator	2	\$1.046,00	\$2.618,00
Truck dump at least 10 cubic meters 4x4 (5-8 tons)	8	\$9.080,00	\$23.752,00
Crane mobile light (up to 10 tons)	1	\$728,00	\$1.246,00
Crane mobile medium (10 to 24 tons)	1	\$1.399,00	\$2.018,00
Truck Fire Fighting	1	\$712,00	\$870,00





<b>ENGINEERING EQUIPMENT</b>			
Water treatment plant equipment (ROWPU or equivalent), tanks and bladders, over 2,000 liquid pounds per hour and with storage capability of 20,000 liters	1	\$756,00	\$2.142,00
Concrete Mixer machine (below 1.5 cubic meter)	2	\$38,00	\$104,00
Workshops, truck, heavy engineering equipment	2	\$1.168,00	\$1.460,00
Bridging sets (bailey or equivalent, set of 100 feet)	as required	\$1.026,00	\$6.630,00
Bridging boats	2	\$1.318,00	\$3.646,00
Pontoons/pontoon bridge (interior/ramp section)	as required	\$3.811,00	\$4.456,00
Sewage treatment plant and equipment	as required	\$231,00	\$276,00
<b>DEMINING AND EOD EQUIPMENT</b>			
Metal detectors	adequate	\$53,00	\$85,00
Mine detector (capable to measure shape or explosive content in addition to metal container)	2	\$352,00	\$558,00
Bomb locator	2	\$250,00	\$398,00
EOD suit light (minimum V50 rating of 1,000 for the chest and groin)	2	\$230,00	\$362,00
Demining protective gear includes, helmet with visor, shoes, vest/jacket, apron/trousers and reinforced gloves	1 set per EOD	\$73,00	\$110,00
Tool set (engineering, EOD and tradesman)	1 each specialist	\$63,00	\$88,00
<b>OBSERVATION ***</b>			
Night Vision Devices	5	\$735,00	\$840,00
Binoculars	20	\$1.560,00	\$1.780,00
Global Positioning System/Laser Rangefinders	5		
<b>RIOT CONTROL EQUIPMENT</b>			
Public Address System (set)	1	\$11,00	\$35,00
Loudspeakers	5	\$10,00	\$35,00
Signal Pistols	5	\$25,00	\$30,00
<b>PERSONNEL</b>			
Contingent Member Costs	202	\$207.656,00	
Clothing, Gear and Equipment	202	\$13.736,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	202	\$1.010,00	
Specialists Allowance	202	\$6.120,60	
<b>TOTAL</b>		<b>\$308.987,60</b>	<b>\$399.832,60</b>

\* When required by UN headquarters or due to distance of deployment.

\*\* The bulldozers should be provided according to the soil texture in the mission area. Total 3 bulldozers are to be equipped. In the area with sand or bolar soil, 2 bulldozers light and 1 bulldozer medium are needed; and in the area with lithoid soil, 1 bulldozer light and 2 bulldozers medium are needed.

\*\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 84-86).

## 5. Equipamento de uma UEC de Construções Horizontais

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
<b>SUPPORT VEHICLES</b>			
Jeep (4x4) with military radio	2	\$708,00	\$2.578,00





# A Tipologia de Forças a empregar em missões das Nações Unidas – Desafios para Portugal

Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	7	\$2.891,00	\$7.959,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	6	\$3.942,00	\$9.492,00
Truck maintenance medium	2	\$1.540,00	\$2.966,00
Truck recovery (greater than 5 tons)	2	\$4.068,00	\$7.704,00
Truck, tractor (up to 40 tons)	3	\$2.451,00	\$4.821,00
ARMAMENTS			
Pistols	20		
Rifles	151		
COMMUNICATIONS			
HF (up to 200 Km)*	1	\$447,00	\$514,00
VHF (up to 35 Km)	14	\$6.090,00	\$8.162,00
Air Band radios*	1	\$542,00	\$575,00
Satellite Phones*	1	\$170,00	\$194,00
Telephones Exchange PABX (1 – 100 lines)*	1	\$486,00	\$534,00
TRAILERS			
Truck refrigerator (under 20 foot)	3	\$1.938,00	\$2.388,00
Truck water (10,000 liters and over)	4	\$3.428,00	\$7.652,00
Truck fuel (up to 10,000 liters)	4	\$4.648,00	\$7.704,00
Trailer water (2,000 – 7,000 liters)	4	\$484,00	\$1.520,00
Trailer fuel (2,000 – 7,000 liters)	3	\$696,00	\$2.028,00
Trailer heavy cargo	6	\$2.028,00	\$4.086,00
Trailer light cargo	4	\$192,00	\$392,00
Trailer Compressor and Pneumatic Tools 250 CFM	3	\$1.215,00	\$1.908,00
Low bed 20 to 40 tons	3	\$924,00	\$2.532,00
MATERIAL HANDLING EQUIPMENT			
Forklift heavy (over 5 tons)	1	\$1.267,00	\$2.032,00
Forklift container	1	\$2.529,00	\$2.905,00
ELECTRICAL			
Generators (31-40 KVA)	3	\$972,00	\$1.518,00
Generators (76-100 KVA)	1	\$553,00	\$770,00
Generators (101-150 KVA)	1	\$610,00	\$897,00
ENGINEERING VEHICLES			
Bulldozer light (D4/D5)	3	\$1.116,00	\$4.212,00
Bulldozer medium (D6/D7)	2	\$1.708,00	\$4.944,00
Excavator (up to 1 cubic meter)	3	\$1.746,00	\$5.283,00
Excavator (above 1 cubic meter)	2	\$2.846,00	\$5.970,00
Small Emplacement Excavator multipurpose	3		
Front End Loader heavy (2-4 cubic meter)	3	\$3.003,00	\$8.247,00
Grader general purpose	3	\$1.887,00	\$6.912,00
Roller self propelled/vibrator	3	\$1.569,00	\$3.927,00
Roller tandem/vibrator	2	\$422,00	\$1.660,00
Compactor roller sheep foot/vibrator	3	\$1.656,00	\$3.534,00
Asphalt plant	1		
Asphalt paver	1		
Mobile crusher medium	3		
Aggregate spreader	1		
Bitumen distributor	1		
Asphalt concrete cutter	1		
Broom sweeper	1		
Truck dump at least 10 cubic meters 4x4 (5-8 tons)	10	\$9.630,00	\$15.860,00
Crane mobile light (up to 10 tons)	1	\$728,00	\$1.246,00
Crane mobile medium (11-24 tons)	1	\$1.399,00	\$2.018,00



Truck Fire Fighting	1	\$712,00	\$870,00
Workshop, truck, heavy engineering equipment	1	\$549,00	\$948,00
ENGINEERING EQUIPMENT			
Concrete Mixer machine (below 1.5 cubic meter)	3	\$57,00	\$156,00
Water treatment plant equipment (ROWPU or equivalent), tanks and bladders, up to 2,000 liquid pounds per hour and with storage capability of 5,000 liters	1	\$756,00	\$2.142,00
DEMINING AND EOD EQUIPMENT			
Metal detectors	adequate	\$53,00	\$85,00
Mine detector (capable to measure shape or explosive content in addition to metal container)	1	\$176,00	\$279,00
Bomb locator	1	\$125,00	\$199,00
EOD suit light (minimum V50 rating of 1,000 for the chest and groin)	1	\$115,00	\$181,00
Demining protective gear includes, helmet with visor, shoes, vest/jacket, apron/trousers and reinforced gloves	1 set per EOD	\$73,00	\$110,00
Tool set (engineering, EOD and tradesman)	1 each specialist	\$63,00	\$88,00
OBSERVATION **			
Night Vision Devices	5	\$735,00	\$840,00
Binoculars	20	\$1.560,00	\$1.780,00
Global Positioning System/Laser Rangefinders	5		
RIOT CONTROL EQUIPMENT			
Public Address System (set)	1	\$11,00	\$35,00
Loudspeakers	5	\$10,00	\$35,00
Signal Pistols	5	\$25,00	\$30,00
PERSONNEL			
Contingent Member Costs	171	\$175.788,00	
Clothing, Gear and Equipment	171	\$11.628,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	171	\$855,00	
Specialists Allowance	171	\$5.181,30	
TOTAL		\$271.001,30	\$348.874,30

\* When required by UN headquarters or due to distance of deployment.

\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 90-92).

## 6. Equipamento de uma UEC de Apoio de Engenharia

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
SUPPORT VEHICLES			
Jeep (4x4) with military radio	2	\$708,00	\$2.578,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons) including four (4) EOD	12	\$4.956,00	\$13.644,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	6	\$3.942,00	\$9.492,00
Truck recovery (greater than 5 tons)	2	\$4.068,00	\$7.704,00
Truck maintenance medium	1	\$770,00	\$1.483,00
Truck refrigerator (under 20 foot)	3	\$1.938,00	\$2.388,00
Truck water (10,000 liters and over)	4	\$3.428,00	\$7.652,00
Truck tanker (under 10,000 liters)	2	\$2.324,00	\$3.852,00



# A Tipologia de Forças a empregar em missões das Nações Unidas – Desafios para Portugal

Ambulances for one level 1 Medical**	1	\$795,00	\$1.143,00
ARMAMENTS			
Pistols	15		
Rifles	133		
COMMUNICATIONS			
HF (up to 200 Km)***	1	\$447,00	\$514,00
VHF (up to 35 Km) including eight (8) for EOD communications	16	\$6.960,00	\$9.328,00
Satellite Phones***	1	\$170,00	\$194,00
TRAILERS			
Trailer water (2,000 – 7,000 liters)	6	\$726,00	\$2.280,00
Trailer fuel (2,000 – 7,000 liters)	6	\$1.392,00	\$4.056,00
Trailer heavy cargo	6	\$2.028,00	\$4.086,00
Trailer light cargo	6	\$288,00	\$588,00
ENGINEERING EQUIPMENT			
Water treatment plant equipment (ROWPU or equivalent), tanks and bladders, over 2,000 liquid pounds per hour and with storage capability of 20,000 liters	1	\$756,00	\$2.142,00
ELECTRICAL			
Generators (31-40 KVA)	3	\$972,00	\$1.518,00
Generators (76-100 KVA)	2	\$1.106,00	\$1.540,00
Electric Welding set	3	\$1.326,00	\$1.626,00
Gas Welding set	3		
Transportation/Maintenance equipment set	1		
DEMINEING AND EOD EQUIPMENT			
Metal detectors	adequate	\$53,00	\$85,00
Mine detector (capable to measure shape or explosive content in addition to metal container)	2	\$352,00	\$558,00
Bomb locator	2	\$250,00	\$398,00
EOD suit Light (minimum V50 rating of 1,000 for the chest and groin)	1	\$115,00	\$181,00
EOD suit heavy (minimum V50 rating of 1,600 for the chest and groin)	1	\$179,00	\$285,00
Remote control bomb disposal equipment	as required		
Demolition equipment	adequate		
Demining protective gear includes, helmet with visor, shoes, vest/jacket, apron/trousers and reinforced gloves	1 set per EOD	\$73,00	\$110,00
Mine/Explosive Training Equipment set	2		
MEDICAL EQUIPMENT			
Medical Support Equipment ****	Level 1 Medical equipment	\$967,00	\$1.256,00
OBSERVATION *****			
Night Vision Devices	5	\$147,00	\$840,00
Binoculars	10	\$78,00	\$890,00
Global Positioning System/Laser Rangefinders	5		
RIOT CONTROL EQUIPMENT			
Public Address System (set)	1	\$11,00	\$35,00
Loudspeakers	10	\$2,00	\$70,00



Signal Pistols	10	\$5,00	\$60,00
PERSONNEL			
Contingent Member Costs	148	\$152.144,00	
Clothing, Gear and Equipment	148	\$10.064,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	148	\$740,00	
Specialists Allowance	148	\$4.484,00	
TOTAL		\$208.764,40	\$250.008,40

\* Peculiar positions/ranks and Equipment for Medical Support and Transport /Maintenance Platoons will be reflected in their respective chapters.

\*\* Exact number of Ambulances will be negotiable and well be agreed on with the TCC taking on consideration the force requirements.

\*\*\* When required by UN headquarters or due to distance of deployment.

\*\*\*\* See COE Manual Edition 2008, Chapter 3, Annex A and B, Appendix 2 and 2.1.

\*\*\*\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 97-98).

## 7. Equipamento de uma UEC de Polícia Militar

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
SUPPORT VEHICLES			
Jeep (4x4) with military radio	4	\$1.416,00	\$5.156,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	10	\$4.130,00	\$13.170,00
TRAILERS			
Trailer light cargo	10	\$480,00	\$980,00
Trailer water (2,000-7,000 liters)	1	\$121,00	\$380,00
Trailer fuel (under 2,000 liters)	1	\$162,00	\$652,00
ARMAMENTS			
Pistols	20		
Rifles	26		
Machine Guns (up to 10 mm, SMG/LMG)	6	\$216,00	\$258,00
COMMUNICATIONS *			
VHF (up to 35 Km)	14	\$6.090,00	\$8.162,00
Telephones Exchange PABX (1 – 100 lines)*	1	\$486,00	\$534,00
ELECTRICAL			
Power Generator Set (41-50 KVA)	2	\$862,00	\$1.228,00
OBSERVATION **			
Night Vision Devices	3	\$441,00	\$504,00
Binoculars	8	\$624,00	\$712,00
RIOT CONTROL EQUIPMENT			
Riot Control Gear Set (shield, batons, helmet with visor, body protection (elbow, knee and shoulder) and gas mask)	52	\$53.872,00	\$60.476,00
Handheld metal detectors	12	\$108,00	\$144,00
Portable Loudspeakers	12	\$24,00	\$84,00
Signal Pistols	4	\$20,00	\$24,00
Teargas Launcher	6	\$258,00	\$402,00



PERSONNEL			
Contingent Member Costs	52	\$53.456,00	
Clothing, Gear and Equipment	52	\$3.536,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	52	\$260,00	
Specialists Allowance	52	\$1.575,60	
TOTAL		\$128.137,60	\$151.693,60

\*Interconnected with Force Headquarters telephone system.

\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, p. 42).

## 8. Equipamento de uma UEC de Reabastecimento

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
<b>SUPPORT VEHICLES</b>			
Jeep (4x4) with military radio*	2	\$708,00	\$2.578,00
Truck utility/cargo (1.5 to 2.4 tons)	20	\$8.260,00	\$26.340,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	4	\$2.628,00	\$6.328,00
Truck utility/cargo (6 to 10 tons)	2	\$1.792,00	\$3.988,00
Truck refrigerator (20 foot and over)	2	\$1.516,00	\$1.810,00
Truck water (under 10,000 liters)	1	\$855,00	\$1.868,00
Truck water (10,000 liters and over)	2	\$1.714,00	\$3.826,00
Truck tanker (under 10,000 liters)	1	\$1.104,00	\$1.845,00
Truck tanker (10,000 liters and over)	1	\$1.162,00	\$1.926,00
<b>TRAILERS</b>			
Trailer light cargo	16	\$768,00	\$1.568,00
Trailer medium cargo	4	\$364,00	\$612,00
Trailer heavy cargo	2	\$676,00	\$1.362,00
<b>ARMAMENTS</b>			
Pistols	10		
Rifles	128		
<b>COMMUNICATIONS</b>			
HF (up to 200 kms)**	1	\$447,00	\$514,00
VHF (up to 35 kms)	15	\$6.525,00	\$8.745,00
<b>ENGINEERING EQUIPMENT</b>			
Water treatment plant equipment (ROWPU or equivalent), tanks and bladders, over 2,000 liquid pounds per hour and with storage capability of 20,000 liters	1	\$756,00	\$2.142,00
<b>WATER STORAGE EQUIPMENT</b>			
Water storage greater than 20,000 liters	1	\$69,00	\$126,00
<b>LOGISTICS EQUIPMENT</b>			
Fuel farm set (2 pumps, tanks and/or bladders, pipelines, filters) 152,000 liters	1	\$464,00	\$551,00
<b>ELECTRICAL</b>			
Power Generator Set (41-50 KVA)	1	\$431,00	\$614,00
Power Generator Set (76-100 KVA)	2	\$1.106,00	\$1.540,00
<b>OBSERVATION ***</b>			



Binoculars	10	\$780,00	\$890,00
Global Positioning System/Laser rangefinders	3		
ACCOMMODATION EQUIPMENT			
Warehouse	4	\$1.524,00	\$2.024,00
PERSONNEL			
Contingent Member Costs	138	\$141.864,00	
Clothing, Gear and Equipment	138	\$9.384,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	138	\$690,00	
Specialists Allowance	138	\$10.453,50	
	TOTAL	\$196.040,50	\$233.588,50

\* No designated driver for the Jeeps.

\*\* When required by UN headquarters.

\*\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 121-122).

## 9. Equipamento de uma UEC Logística Independente

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
SUPPORT VEHICLES			
Jeep (4x4) with military radio*	2	\$708,00	\$2.578,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	13	\$5.369,00	\$17.121,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	3	\$1.971,00	\$4.746,00
Truck utility/cargo (6 to 10 tons)	3	\$2.688,00	\$5.982,00
Bus (13-24 passengers)	1	\$434,00	\$1.173,00
Bus (greater than 24 passengers)	1	\$1.023,00	\$1.872,00
Truck, tractor (up to 40 tons tow)	1	\$817,00	\$1.607,00
Truck recovery (greater than 5 tons)	1	\$2.034,00	\$3.852,00
Truck maintenance medium	3	\$2.310,00	\$4.449,00
Truck refrigerator (under 20 foot)	2	\$1.292,00	\$1.592,00
Truck water (10,000 liters and over)	2	\$1.714,00	\$3.826,00
Truck tanker (up to 10,000 liters)	2	\$2.208,00	\$3.690,00
TRAILERS			
Flatbed/Lowbed (20-40 tons)	1	\$308,00	\$844,00
Trailer light/medium/heavy cargo	6	\$2.862,00	\$5.592,00
ARMAMENTS			
Pistols	12		
Rifles	100		
COMMUNICATIONS			
HF (up to 200 kms)**	1	\$447,00	\$514,00
VHF (up to 35 kms)	18	\$7.830,00	\$10.494,00
WATER STORAGE EQUIPMENT			
Water storage greater than 20,000 liters	1	\$69,00	\$126,00
LOGISTICS EQUIPMENT			
Fuel farm set (2 pumps, tanks and/or bladders, pipelines, filters) 76,000 liters	1	\$310,00	\$387,00



<b>ENGINEERING EQUIPMENT</b>			
Water treatment plant equipment (ROWPU or equivalent), tanks and bladders, over 2,000 liquid pounds per hour and with storage capability of 20,000 liters	1	\$756,00	\$2.142,00
<b>ELECTRICAL</b>			
Power Generator Set (41-50 KVA)	1	\$431,00	\$614,00
Power Generator Set (76–100 KVA)	2	\$1.106,00	\$1.540,00
<b>OBSERVATION ***</b>			
Global Positioning System	8		
<b>PERSONNEL</b>			
Contingent Member Costs	112	\$115.136,00	
Clothing, Gear and Equipment	112	\$7.616,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	112	\$560,00	
Specialists Allowance	112	\$8.484,00	
<b>TOTAL</b>		<b>\$168.483,00</b>	<b>\$206.537,00</b>

\* No designated driver for the Jeeps.

\*\* When required by UN headquarters.

\*\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 129-130).

#### 10. Equipamento de uma UEC de Transportes e Manutenção

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
<b>SUPPORT VEHICLES</b>			
Jeep (4x4) with military radio*	10	\$3.540,00	\$12.890,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	7	\$2.891,00	\$9.219,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	10	\$6.570,00	\$15.820,00
Truck utility/cargo (6 to 10 tons)	4	\$3.584,00	\$7.976,00
Bus (13-24 passengers)	6	\$2.604,00	\$7.038,00
Bus (greater than 24 passengers)	4	\$4.092,00	\$7.488,00
Truck tractor (up to 40 tons tow)	2	\$1.634,00	\$3.214,00
Truck recovery (greater than 5 tons)	2	\$4.068,00	\$7.704,00
Truck maintenance bin light/medium/heavy	3	\$10.965,00	\$12.945,00
Truck refrigerator (under 20 foot)	1	\$646,00	\$796,00
Truck water (10,000 liters and over)	2	\$1.714,00	\$3.826,00
Truck tanker (over 10,000 liters)	2	\$2.208,00	\$3.690,00
<b>TRAILERS</b>			
Flatbed/Lowbed (20-40 tons)	2	\$616,00	\$1.688,00
Trailer light/medium/heavy cargo	10	\$4.770,00	\$9.320,00
Trailer water (over 7,000 liters)	2	\$274,00	\$914,00
Trailer fuel (over 7,000 liters)	2	\$836,00	\$1.706,00
<b>MATERIAL HANDLING EQUIPMENT</b>			
Forklift, medium (up to 5 tons)	2	\$808,00	\$2.226,00
Forklift, rough terrain (over to 5 tons)	2	\$1.472,00	\$3.328,00
<b>ARMAMENTS</b>			
Pistols	12		
Rifles	113		





COMMUNICATIONS**			
HF (up to 200 kms)***	1	\$447,00	\$514,00
VHF (up to 35 kms)	9	\$3.915,00	\$5.247,00
WATER STORAGE EQUIPMENT			
Water storage (12,001- 20,000 liters)	1	\$61,00	\$112,00
ENGINEERING EQUIPMENT			
Water treatment plant equipment (ROWPU or equivalent), tanks and bladders, up to 2,000 liquid pounds per hour and with storage capability of up to 5,000 liters	1	\$478,00	\$855,00
ELECTRICAL			
Power Generator Set (20-30 KVA)	2	\$614,00	\$894,00
Power Generator Set (51-75 KVA)	3	\$1.560,00	\$2.163,00
OBSERVATION ****			
Global Positioning System	4		
PERSONNEL			
Contingent Member Costs	125	\$128.500,00	
Clothing, Gear and Equipment	125	\$8.500,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	125	\$625,00	
Specialists Allowance	125	\$9.468,75	
TOTAL		\$207.460,75	\$268.666,75

\* No designated driver for the Jeeps.

\*\* If required the entire core transportation Trucks and/or Buses to be equipped with radios.

\*\*\*When required by UN headquarters.

\*\*\*\* Quantities in this table are indicative only. Exact numbers of equipment are not specified in the COE Manual. Equipment quantities depend on the specific mission conditions as reflected in the specific Force Requirements document (DPKO, 2009, pp. 136-137)

## 11. Equipamento de uma Unidade Médica de Nível 1

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
SUPPORT VEHICLES*			
Ambulance fully equipped with doctor's bag, oxygen cylinders, suction pump, resuscitation drugs, VHF/UHF communications equipment, vehicle maintenance equipment and helicopter landing site marking equipment i.e. smoke grenade, luminous sticks/sheets, emergency lighting, etc...	1	\$795,00	\$1.143,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	1	\$413,00	\$1.317,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	1	\$657,00	\$1.582,00
ARMAMENTS			
Pistols	1		
Rifles	19		
COMMUNICATIONS			
VHF	2	\$870,00	\$1.166,00





TRAILERS			
Trailer fuel (2,000-7,000 liters)	1	\$232,00	\$676,00
Trailer medium cargo	1	\$91,00	\$153,00
ELECTRICAL			
Generator (41-50 KVA)	2	\$862,00	\$1.228,00
MEDICAL EQUIPMENT**			
Medical Support Equipment***	Level 1 Medical equipment	\$967,00	\$1.256,00
PERSONNEL			
Contingent Member Costs	20	\$20.560,00	
Clothing, Gear and Equipment	20	\$1.360,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	20	\$100,00	
Specialists Allowance	20	\$606,00	
	TOTAL	\$27.513,00	\$31.147,00

\* Vehicles must be of commensurate mobility as the supported force.

\*\* Refer to Annex III.A, A/C.5/63/18 and Appendix 2.1, Chapter 3 of COE Manual 2008 Edition or latest version for details.

\*\*\* See COE Manual Edition 2008, Chapter 3, Annex A and B, Appendix 2 and 2.1. (DPKO, 2009, pp. 49-50).

O COE manual de 2011 mantém a estrutura do de 2008, sendo válidas as referências feitas neste capítulo.

## 12. Equipamento de uma Unidade Médica de Nível 2

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
SUPPORT VEHICLES*			
Ambulance fully equipped with doctor's bag, oxygen cylinders, suction pump, resuscitation drugs, VHF/UHF communications equipment, vehicle maintenance equipment and helicopter landing site marking equipment i.e. smoke grenade, luminous sticks/sheets, emergency lighting, etc...	2	\$1.590,00	\$2.286,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	2	\$826,00	\$2.634,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	1	\$657,00	\$1.582,00
Truck refrigerator (under 20 foot)	1	\$646,00	\$796,00
TRAILERS			
Trailer fuel (2,000-7,000 liters)	1	\$232,00	\$676,00
Trailer light cargo	1	\$48,00	\$98,00
Trailer medium cargo	1	\$91,00	\$153,00
Forklift rough terrain (up to 5 tons)	1	\$894,00	\$1.547,00
ARMAMENTS			
Pistols	5		
Rifles	33		
COMMUNICATIONS			
VHF	4	\$1.740,00	\$2.332,00
HF	2	\$894,00	\$1.028,00
ENGINEERING EQUIPMENT			
Water treatment plant (ROWPU or equivalent), equipment,	1	\$478,00	\$855,00



tanks and bladders, up to 2,000 lph, storage up to 5,000 liters			
<b>WATER STORAGE EQUIPMENT</b>			
Water storage (7,001-10,000 liters)	1	\$19,00	\$35,00
<b>ELECTRICAL</b>			
Generator (76 – 100 KVA)	2	\$1.106,00	\$1.540,00
<b>MEDICAL EQUIPMENT**</b>			
Medical Support Equipment***	Level 2 Medical equipment	\$15.237,00	\$19.786,00
Doctor's bags	2 sets		
Paramedics/Nurse Bags	3 sets		
<b>PERSONNEL</b>			
Contingent Member Costs	38	\$39.064,00	
Clothing, Gear and Equipment	38	2.584,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	38	\$190,00	
Specialists Allowance	38	\$1.151,40	
<b>TOTAL</b>		<b>\$67.447,40</b>	<b>\$78.337,40</b>

\* Vehicles must be of commensurate mobility as the supported force.

\*\* Refer to Annex III.A, A/C.5/63/18 and Appendix 3.1, Chapter 3 of COE Manual 2008 Edition or latest version for details.

\*\*\* See COE Manual Edition 2008, Chapter 3, Annex A and B, Appendix 3 and 3.1. (DPKO, 2009, pp. 55-56).

### 13. Equipamento de uma Unidade Médica de Nível 3

Item	Quantity	Dry Lease p/m	Wet Lease p/m
<b>SUPPORT VEHICLES*</b>			
Ambulance fully equipped with doctor's bag, oxygen cylinders, suction pump, resuscitation drugs, VHF/UHF communications equipment, vehicle maintenance equipment and helicopter landing site marking equipment i.e. smoke grenade, luminous sticks/sheets, emergency lighting, etc...	2	\$1.590,00	\$2.286,00
Truck utility/cargo (1.5 tons to 2.4 tons)	3	\$1.239,00	\$3.951,00
Truck utility/cargo (2.5 to 5 tons)	2	\$1.314,00	\$3.164,00
Truck refrigerator (20 foot and over)	1	\$758,00	\$905,00
Truck water (10,000 liters and over)	1	\$857,00	\$1.913,00
Truck tanker (up to 10,000 liters)	1	\$1.104,00	\$1.845,00
<b>TRAILERS</b>			
Trailer fuel (2,000-7,000 liters)	1	\$232,00	\$676,00
Trailer medium cargo	2	\$182,00	\$306,00
<b>MATERIAL HANDLING EQUIPMENT</b>			
Forklift rough terrain (up to 5 tons)	1	\$894,00	\$1.547,00
<b>ARMAMENTS</b>			
Pistols	36		
Rifles	61		
<b>COMMUNICATIONS</b>			
VHF	6	\$2.610,00	\$3.498,00



# A Tipologia de Forças a empregar em missões das Nações Unidas – Desafios para Portugal

HF	3	\$1.341,00	\$1.542,00
ENGINEERING EQUIPMENT			
Water treatment plant (ROWPU or equivalent), equipment, tanks and bladders, up to 2,000 lph, storage up to 5,000 liters	1	\$478,00	\$855,00
WATER STORAGE EQUIPMENT			
Water storage (greater than 20 ,000 liters)	1	\$69,00	\$126,00
ELECTRICAL			
Generator (101-150 KVA)	2	\$1.220,00	\$1.794,00
MEDICAL EQUIPMENT**			
Medical Support Equipment***	Level 3 Medical equipment	\$25.823,00	\$33.532,00
Doctor's bags	2 sets		
Paramedics/Nurse Bags	3 sets		
PERSONNEL			
Contingent Members Costs	97	\$99.716,00	
Clothing, Gear and Equipment	97	\$6.596,00	
Personal Weaponry and Training Ammo	97	\$485,00	
Specialists Allowance	97	\$2.939,10	
TOTAL		\$149.447,10	\$167.676,10

\* Vehicles must be of commensurate mobility as the supported force.

\*\* Refer to Annex III.A, A/C.5/63/18 and Appendix 4.1, Chapter 3 of COE Manual 2008 Edition or latest version for details.

\*\*\* See COE Manual Edition 2008, Chapter 3, Annex A and B, Appendix 4 and 4.1. (DPKO, 2009, pp. 61-62).

Todos os valores monetários apresentados são em dólares americanos e referentes às tabelas de ressarcimento do COE Manual, Capítulo 8 Anexo A. Não foram encontrados valores referentes ao equipamento de asfaltagem da UEC de Construções Horizontais.